

Handwritten signature in blue ink.

## CONTRATO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL

### CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIONAL DO CENTRO 2021-2027

E A

### COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA

Considerando que:

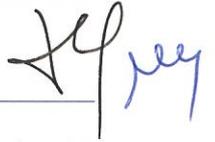
- A. Os Fundos Europeus constituem uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, em julho de 2022, e onde foram adotados os princípios de programação da Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, 13 de novembro, em complementaridade com o apoio de outros instrumentos nacionais e europeus, nomeadamente com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
- B. O Acordo de Parceria Portugal 2030 foi estruturado em torno dos cinco Objetivos Estratégicos (OP) e do Objetivo Específico (OE) dedicado a uma transição justa, previstos no Regulamento de Disposições Comuns<sup>1</sup>, visando alocar importantes recursos para, de forma global e integrada, promover a convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando a coesão territorial e social.
- C. O Acordo de Parceria Portugal 2030 consagra a importância dos instrumentos territoriais como ferramenta central de promoção do desenvolvimento e da coesão territorial, com especial enfoque nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI).
- D. O Acordo de Parceria Portugal 2030, no seu **Objetivo Estratégico 5 – Portugal Territorialmente mais Coeso e Próximo dos Cidadãos**, prevê que os Instrumentos Territoriais são desenhados sob o

<sup>1</sup> REGULAMENTO (UE) 2021/1060 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos



enquadramento estratégico regional (concebido pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR) e sub-regional (concebido pelas Comunidades Intermunicipais - CIM e Área Metropolitana - AM), garantindo assim a sua coordenação, integração e coerência. Prevê ainda que os investimentos no âmbito deste **Objetivo Estratégico** e dos respetivos Instrumentos Territoriais sejam baseados nas estratégias e nos planos de ação de desenvolvimento territorial ou local, em respeito do disposto no artigo 29.º do Regulamento das Disposições Comuns.

- E. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o **Modelo de Governação dos Fundos Europeus para o período de programação 2021-2027**, no seu Capítulo III, ao dispor sobre as Abordagens Territoriais Integradas, estipula que as mesmas devem estar assentes num quadro estratégico de base regional, que integra, entre outras, estratégias regionais, definidas a um nível de NUTS II, dinamizadas pelas CCDR, e estratégias sub-regionais, definidas ao nível de NUTS III, dinamizadas pelas respetivas comunidades intermunicipais (CIM) e/ou áreas metropolitanas (AM), em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional.
- F. A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa elaborou a “**Estratégia Beira Baixa 2030**”, tendo a mesma sido articulada e integrada na estratégia regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDRC, IP). Suportada num intenso processo de auscultação de atores estratégicos regionais, a estratégia foi concluída em setembro de 2023, e aprovada em 4 de outubro de 2023.
- G. O referido Decreto-Lei n.º 5/2023 prevê, no n.º 1 do seu artigo 34.º, que os Instrumentos Territoriais Integrados CIM são operacionalizados através de um Plano de Ação.
- H. Para o efeito, em 3 de agosto de 2023, foi publicado pela Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2030, doravante designada por AG CENTRO 2030, no sítio do *Portugal2030*, o aviso convite às CIM para apresentação do Plano de Ação para operacionalização do **Instrumento Territorial Integrado CIM**.
- I. Em 6 de outubro de 2023 foi submetida no referido sítio a candidatura do Plano de Ação do ITI.
- J. Nos termos do n.º 7 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, compete à Autoridade de Gestão do respetivo programa regional, ouvidas a CCDR respetiva, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (Agência, I. P.), e, quando pertinente, outros organismos públicos ou peritos externos independentes, a aprovação do Plano de Ação apresentado pela CIM.
- K. Nesse sentido, foi efetuada a análise técnica de conformidade do Plano de Ação com a legislação aplicável e proposta a audição da CCDRC, I.P., e da Agência, I. P., conforme previsto no n.º 7 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 5/2023.



- L. A audiência referida teve lugar numa primeira sessão, no dia 26 de janeiro de 2024 e uma segunda, a 28 de fevereiro de 2024, que permitiu concluir o processo. Atentos os elementos decorrentes da análise da AG do CENTRO 2030 sobre o Plano de Ação, bem como as clarificações obtidas e as recomendações da Agência I.P. para a fase de implementação quer a de acompanhamento, nas referidas sessões, concluíram a CCDRC, I.P., a Agência, I. P., e a AG do CENTRO 2030 que o Plano de Ação proposto pela CIM reunia as condições constantes do aviso convite, estando em conformidade com o disposto nos artigos 28.º e 29.º do Regulamento das Disposições Comuns, bem como com o disposto no Decreto-Lei n.º 5/2023, em particular com os .n.ºs 3 a 7 do seu artigo 34.º.
- M. O Plano de Ação foi aprovado pela Comissão Diretiva da AG do CENTRO 2030, em 29 de fevereiro de 2024, e faz parte integrante do presente contrato (Anexo 4).
- N. Pela deliberação n.º 06/2024/PRM da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030 (CIC Portugal 2030 Permanente), de 6 de março de 2024, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, foi aditada à lista de Organismos Intermédios (OI) do CENTRO 2030, as CIM da Região Centro, e foram definidos os termos em que devem ser exercidas por esta as funções ou tarefas de gestão de operações que lhe foram confiadas pela AG do CENTRO 2030, conforme previsto nos anexos I e II àquela deliberação.
- O. Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, o exercício das funções ou tarefas de gestão pelas CIM, enquanto OI, depende da celebração de acordo escrito.

**Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 19.º e do n.º 8 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, é celebrado o presente Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, entre:**

PRIMEIRO OUTORGANTE - A AG do CENTRO 2030, neste ato representada pela Presidente da Comissão Diretiva, Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa, portadora do Cartão de Cidadão n.º 03299112 6ZY3, válido até 2031-08-03, que é, por inerência, a Presidente da CCDRC, I.P., nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2020, de 27 de outubro de 2020;

e

SEGUNDO OUTORGANTE - A CIM da Beira Baixa neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da Beira Baixa, João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, portador do Cartão de Cidadão n.º 9530576 9 ZW2, válido até 03-08-2031.



O presente **Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial** tem a natureza jurídica de contrato administrativo e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos respetivos anexos que dele fazem parte integrante:

### Cláusula 1.ª

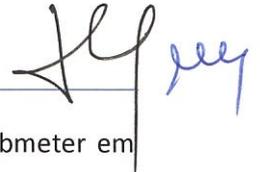
#### Objeto

1. O presente contrato define, conforme previsto no n.º 8 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, os termos e condições em que a AG do CENTRO 2030, programa financiador, apoia o Plano de Ação acordado com a CIM e os compromissos desta entidade em termos de funções ou tarefas de gestão, montantes, compromissos assumidos em termos de investimentos e instrumentos e mecanismos de governação, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria.
2. O presente contrato especifica, ainda, conforme previsto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, as condições, os procedimentos, os prazos e demais obrigações no âmbito das funções ou tarefas de gestão de operações exercidas pela CIM, com observância dos princípios da transparência de procedimentos, da afetação adequada de recursos, da partilha de informação, da responsabilização partilhada, da segregação de funções de gestão, e da prevenção de conflitos de interesses.

### Cláusula 2.ª

#### Dotação financeira, tipologia de operações e avisos de concurso

1. Para o financiamento do contrato a AG do CENTRO 2030 assegura para o período de vigência do Programa uma dotação global de Fundo que totaliza **58.572.411,01 euros**, repartido entre **54.178.918,36 euros de FEDER** e **4.393.492,65 euros de FSE+**, para participar os projetos enquadrados nos objetivos específicos e tipologias previstas no texto do CENTRO 2030 e enquadradas no respetivo Plano de Ação, conforme Anexo 1.
2. Os montantes de fundo indicados no n.º 1 estão dependentes do alcance das metas intercalares.
3. Os montantes referenciados nos números anteriores encontram-se associados à abertura de avisos de concurso/convite, cuja proposta indicativa de conteúdo e calendarização, com períodos de candidatura tendencialmente em contínuo, deverá ser objeto de consulta prévia entre a AG CENTRO 2030 e a CIM, de forma a potenciar os processos de planeamento territorial e os respetivos beneficiários.



4. Até à aprovação formal pela Comissão Europeia da proposta de reprogramação a submeter em 2024, a AG do CENTRO 2030 não poderá assumir compromissos relativamente a dotações por OE que excedam o valor atualmente previsto no texto do Programa.

### Cláusula 3.ª

#### Segregação de funções e independência

1. Sempre que a CIM assuma a qualidade de entidade beneficiária no âmbito das tipologias, as funções ou tarefas de gestão que constituem o objeto deste contrato são exercidas, em exclusivo, pela AG do CENTRO 2030.
2. A CIM deve assegurar que cumpre o princípio da segregação das funções garantindo uma adequada separação de funções, nomeadamente na análise e seleção de operações e verificações de gestão.

### Cláusula 4.ª

#### Funções ou tarefas de gestão da CIM

Nos termos do presente contrato são exercidas pela CIM as seguintes funções ou tarefas de gestão:

- a) Aplicar, após aprovação pelo Comité de Acompanhamento do Centro 2030, a metodologia e os critérios utilizados na seleção das operações, que devem observar os seguintes requisitos:
  - i. Garantir o contributo das operações para a realização dos objetivos e resultados específicos das prioridades relevantes;
  - ii. Sejam transparentes e não discriminatórios, nomeadamente assegurando o respeito pela **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia**, em especial na promoção da igualdade de género entre homens e mulheres e da igualdade de oportunidades e não discriminação, e pelos princípios da igualdade, da equidade e das acessibilidades das pessoas com deficiência nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD);
  - iii. Respeitem os princípios gerais previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/2023;
  - iv. Garantam a eficiência da utilização dos recursos financeiros públicos, aferindo a razoabilidade financeira das candidaturas à luz, sempre que aplicável, de valores de referência de mercado.
- b) Apreciar a elegibilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo programa e verificar se as operações a selecionar correspondem ao âmbito do fundo ou dos fundos em causa, se contribuem para os objetivos do programa e se têm enquadramento nas elegibilidades específicas do programa, adequação técnica para prossecução dos objetivos e finalidades específicas visadas, demonstração objetiva da sua viabilidade e sustentabilidade económica e financeira;

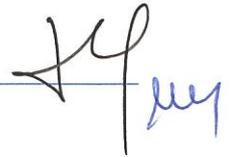


- c) Verificar a capacidade administrativa, financeira e operacional dos beneficiários antes da operação ser aprovada, quando aplicável;
- d) Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos aquando da aprovação e o pagamento da despesa declarada pelos beneficiários, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o programa e com as condições de apoio da operação, através da realização de verificações no local baseadas, nomeadamente, no risco;
- e) Garantir verificações de gestão baseadas nos riscos e proporcionais aos riscos identificados *ex-ante*, em linha com o modelo de risco estabelecido no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 5/2023;
- f) Assegurar os registos necessários para o arquivo eletrónico dos dados de cada operação, para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, certificação, e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações;
- g) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do programa, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- h) Assegurar o funcionamento de um sistema de gestão, bem como de um sistema de controlo interno que previna e detete irregularidades, permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas e a validação das despesas, assegurando que a autoridade de gestão e o órgão de certificação recebem todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista ao seu reembolso pela Comissão Europeia;
- i) Participar na elaboração a descrição do sistema de gestão e de controlo do programa em linha com as orientações técnicas emitidas pelo órgão de coordenação técnica.

#### Cláusula 5.ª

##### **Quantificação dos objetivos, metas, indicadores de realização e resultado a alcançar**

1. A CIM compromete-se a contribuir para o cumprimento dos objetivos do CENTRO 2030, designadamente ao nível dos indicadores financeiros, de realização e de resultado, associados às Tipologias identificadas no Anexo 1 (referido na cláusula 2.ª do presente contrato), e aos Indicadores e Metas, identificados no Anexo 2.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 5/2023, a avaliação do cumprimento dos objetivos intermédios associados ao presente contrato, a ocorrer até ao final de 2025, pode determinar em caso de não alcance desses objetivos, a reafectação de parte do montante contratado.



## Cláusula 6.ª

### Obrigações da AG do CENTRO 2030

1. A AG do CENTRO 2030 supervisiona o exercício das funções ou tarefas de gestão exercidas pela CIM, ao abrigo do presente contrato, sendo responsável pelo seu cumprimento.
2. Para além das obrigações que para si decorrem das disposições legais aplicáveis ou de outras cláusulas específicas do presente contrato, a AG do CENTRO 2030 compromete-se a prestar a colaboração necessária à CIM tendo em vista o desempenho por esta das funções ou tarefas de gestão objeto do presente contrato.
3. Constituem ainda obrigações da AG do CENTRO 2030:
  - i. Verificar se a CIM se encontra dotada das capacidades institucionais, técnicas e administrativas necessárias para exercer de forma eficiente e profissional as funções ou tarefas de gestão objeto do presente contrato;
  - ii. Verificar se a CIM mantém, durante o período de programação 2021-2027, as condições necessárias para desempenhar as funções ou tarefas de gestão objeto do presente contrato;
  - iii. Prestar o apoio necessário à CIM com vista à capacitação dos seus recursos humanos, de modo que esta possa assegurar adequadamente o exercício das funções ou tarefas de gestão.

## Cláusula 7.ª

### Obrigações da CIM

1. Constituem obrigações da CIM, enquanto organismo intermédio:
  - a) Exercer as funções e tarefas de gestão das operações respeitando o modelo e o sistema de gestão e controlo adotado pela AG do CENTRO 2030;
  - b) Cumprir os resultados contratualizados para o Programa;
  - c) Cumprir os prazos fixados para análise e decisão das candidaturas definidos pela AG do CENTRO 2030, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março;
  - d) Colaborar com a AG do CENTRO 2030 na avaliação do risco de fraude;
  - e) Implementar o modelo de governação previsto no Plano de Ação do ITI CIM;
  - f) Implementar as medidas antifraude que sejam adotadas pela AG do CENTRO 2030, nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 5/2023;
  - g) Implementar os procedimentos definidos pela AG do CENTRO 2030 para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto



no Regulamento de Disposições Comuns, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com as disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;

- h) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução do programa, necessários para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- i) Disponibilizar ao beneficiário um documento sobre as condições de apoio para cada operação, que inclua os requisitos específicos aplicáveis aos produtos a fornecer ou aos serviços a prestar no âmbito da operação, o plano de financiamento e o prazo de execução;
- j) Colaborar na implementação do plano global de comunicação do Portugal 2030, em geral, e do plano de comunicação do CENTRO 2030, em particular;
- k) Colaborar na implementação do plano global de avaliação do Portugal 2030, em geral, e do plano de avaliação do CENTRO 2030, em particular;
- l) Assegurar os registos necessários para o arquivo eletrónico dos dados de cada operação, para os exercícios de monitorização, avaliação, gestão financeira, certificação, e auditoria, incluindo, se for caso disso, os dados sobre os participantes individuais nas operações;
- m) Submeter-se aos procedimentos de controlo e auditoria;
- n) Implementar um sistema de gestão e controlo de acordo com o modelo adotado pela AG do CENTRO 2030, em linha com as orientações técnicas emitidas pelo órgão de coordenação técnica;
- o) Cumprir a regulamentação específica aplicável, os regulamentos e orientações técnicas dos órgãos de certificação e pagamento, as orientações técnicas do órgão de coordenação técnica, bem como as orientações e recomendações da AG do CENTRO 2030;
- p) Assegurar, em articulação com a AG do CENTRO 2030, a programação e o cumprimento do respetivo plano anual de avisos para apresentação de candidaturas;
- q) Garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos no plano global de comunicação do PT 2030 e nos normativos europeus e nacionais aplicáveis, informando os potenciais promotores e o público em geral nas ações de comunicação, sobre os apoios concedidos ao abrigo do CENTRO 2030;
- r) Assegurar a realização de ações de divulgação do CENTRO 2030, que sejam aprovadas pela AG do CENTRO 2030;
- s) Emitir pareceres que se revelem necessários às decisões da AG do CENTRO 2030, no ciclo de vida das candidaturas e projetos, de forma fundamentada e após audição dos beneficiários,

- nos prazos a definir no Manual de Procedimentos;
- t) Assegurar mecanismos internos de gestão que previnam, monitorizem e promovam a regularização de projetos em situação de incumprimento, nomeadamente ao nível do atraso no início da execução, regularização de adiantamentos e apresentação de pedidos de pagamentos;
  - u) Reunir regularmente com a AG do CENTRO 2030, com vista à monitorização da execução do presente contrato;
  - v) Assegurar os resultados e os níveis de serviço a alcançar, que justificam a assunção das funções e tarefas de gestão;
  - w) Garantir o cumprimento dos objetivos e dos indicadores de realização e de resultado a alcançar, quantificados para as operações;
  - x) Verificar o cumprimento das regras europeias e nacionais, designadamente nos domínios da concorrência, contratação pública, conflito de interesses, do ambiente e da igualdade de oportunidades nos termos descritos no **“Manual de Procedimentos”**, devendo nos pareceres e relatórios que emita mencionar expressamente os termos em que tal verificação foi efetuada e a conclusão fundamentada sobre a mesma e que serão disponibilizados no Sistema de Informação a utilizar para o efeito;
  - y) Colaborar com a AG do CENTRO 2030, em articulação com o órgão de coordenação técnica, na produção de conteúdos para o Portal dos Fundos Europeus;
  - z) Apreciar as queixas, reclamações e relatórios relacionados com o eventual incumprimento da **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia** e da CNUDPD no âmbito de operações apoiadas pelos fundos europeus, em articulação com a Direção-Geral da Política de Justiça e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., respetivamente, para posterior informação ao comité de acompanhamento sobre as mesmas por parte da AG do CENTRO 2030;
  - aa) Colaborar com a AG do CENTRO 2030 no desenvolvimento e implementação, em articulação com o organismo de coordenação técnica, do roteiro para a capacitação do conjunto dos interlocutores em matérias de fundos europeus, incluindo ações de capacitação.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a CIM é ainda responsável pelo cumprimento das obrigações previstas nas disposições legais ou regulamentares que de forma direta ou indireta se relacionem com o exercício das funções e tarefas de gestão atribuídas ao abrigo do presente contrato.
3. A atuação da CIM no âmbito do presente contrato rege-se pelos princípios e orientações técnicas ou de gestão que se encontrem definidos pela AG do CENTRO 2030.

4. Qualquer ação de divulgação e de comunicação de âmbito público e de interesse geral que a CIM pretenda desenvolver ou em que participe deve ser previamente comunicada à AG do CENTRO 2030, por forma a assegurar uma coordenação eficaz entre os diversos canais de promoção, designadamente ao nível da sua coerência temporal e de conteúdos informativos, noticiosos e documentais.
5. Constituem, ainda, obrigações da CIM, no âmbito da implementação do Plano de Ação e na seleção das operações:
  - i. A aplicação do princípio de não prejudicar significativamente (*do no significant harm*), nomeadamente garantindo a aplicação dos requisitos regulamentares que resultaram da avaliação deste princípio efetuada para o Programa;
  - ii. O contributo direto para os objetivos climáticos, através de mecanismos que asseguram o cumprimento das normas e prioridades da União Europeia em matéria de clima e ambiente nas infraestruturas apoiadas, garantindo assim que a dotação contratualizada contribui para o *tagging climático*;
  - iii. A consideração, quando aplicável, dos princípios subjacentes à iniciativa *New European BAUHAUS*, dado o carácter integrado, urbano e sustentável do instrumento territorial que o Plano de Ação corporiza, com particular relevo nas iniciativas regeneração e qualificação urbana;
  - iv. A complementaridade e articulação entre fontes de financiamento europeias, nomeadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com enfoque especial na dimensão das infraestruturas e equipamentos escolares, centros de saúde e habitação social.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Relatórios**

1. A CIM compromete-se a colaborar com a AG do CENTRO 2030, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de informações, dados e exemplos do respetivo material de suporte, de realização e impacto/resultado, sobre as iniciativas e atividades de comunicação, promoção ou informação que tenham sido desenvolvidas no contexto das funções e tarefas de gestão atribuídas ao abrigo do presente contrato, incluindo as desenvolvidas pelos beneficiários, sem prejuízo de relatórios intercalares que venham a ser definidos pela Autoridade de Gestão do Programa, designadamente quanto ao contributo para previsões de execução.
2. A CIM compromete-se a elaborar relatórios de execução das tarefas delegadas que evidenciem o

*[Handwritten signature]*

grau de realização das operações nos termos e na periodicidade a definir pela AG do CENTRO 2030

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Incumprimento de obrigações por parte da CIM**

1. O incumprimento das obrigações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 da Cláusula 7.ª constitui causa de cessação automática do presente contrato, salvo se outra for a decisão da AG do CENTRO 2030 fundamentada em motivo atendível invocado pela CIM.
2. O incumprimento parcial da obrigação prevista na alínea b) do n.º 1 da Cláusula 7.ª que não comprometa o alcance dos resultados, ainda que se prenda com situações não exclusivamente imputáveis à CIM, pode determinar a avocação, também parcial, das funções e tarefas de gestão delegadas por parte da AG do CENTRO 2030, com as consequentes e proporcionais repercussões financeiras ao nível do valor de financiamento previsto no âmbito da assistência técnica.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Estrutura de Recursos Humanos**

1. A CIM afeta uma estrutura de recursos humanos, em número, valências e competências, adequada ao exercício das tarefas e funções de gestão objeto do presente contrato, que será comunicada à AG do CENTRO 2030, e aceite por esta, e qualquer alteração a esta estrutura deverá ser previamente comunicada à AG do CENTRO 2030.
2. A CIM assegura os necessários procedimentos de gestão da estrutura afeta, designadamente no que respeita à correta afetação, mecanismos de substituição ou outras que contendam com o bom desempenho e obrigações assumidas com o presente contrato.
3. A CIM identifica um interlocutor específico que articule continuamente com a AG do CENTRO 2030, incluindo a realização de reuniões presenciais para o efeito, que poderão recair sobre amostra de projetos, bem como do acompanhamento das operações e mecanismos de prevenção de situações de risco, sem prejuízo de outros formatos de interação previstos em sede de **Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo e Manual de Procedimentos**.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Manual de Procedimentos**

- 
1. As funções e tarefas de gestão atribuídas à CIM ao abrigo do presente contrato são desenvolvidas no respeito pelo Princípio da Transparência e com observância dos procedimentos em estabelecidos no **“Manual de Procedimentos”**, aprovado pela AG do CENTRO 2030.
  2. A CIM poderá propor à AG do CENTRO 2030 alterações ao **“Manual de Procedimentos”**, visando a melhoria da sua eficiência e eficácia.
  3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, caso a CIM disponha de **“Manual de Procedimentos”**, o mesmo poderá ser adotado em caso de aprovação pela AG do CENTRO 2030.

#### Cláusula 12.ª

##### Acompanhamento, Controlo e Supervisão

A AG do CENTRO 2030, em conformidade com a *Descrição do Sistema de Gestão e Controlo* e o **“Manual de Procedimentos”**, instituirá mecanismos de acompanhamento, controlo e supervisão cobrindo os diversos circuitos dos procedimentos inerentes ao adequado desempenho da CIM.

#### Cláusula 13.ª

##### Organização do dossier dos projetos

A CIM deve criar e manter permanentemente atualizado um registo em suporte informático referente a todos os projetos, de acordo com a estrutura prevista no **“Manual de Procedimentos”**.

#### Cláusula 14.ª

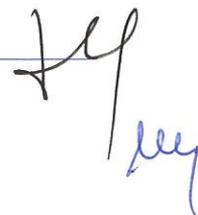
##### Assistência técnica do Programa

A CIM será beneficiária da **Assistência Técnica do CENTRO 2030**, nas condições previstas no respetivo *Regulamento Específico* ou nos Avisos para a apresentação de candidaturas.

#### Cláusula 15.ª

##### Revisão

O presente contrato pode ser revisto, por iniciativa de qualquer um dos outorgantes, em face da alteração significativa das circunstâncias que determinaram os seus termos.



**Cláusula 16.ª**

**Resolução**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 da Cláusula 9.ª, o incumprimento por parte de qualquer dos Outorgantes, das obrigações previstas no presente contrato, que torne impossível ou dificulte seriamente a realização dos seus objetivos, confere ao outro o direito de proceder à sua resolução.
2. No caso de o presente contrato ser resolvido, a CIM deverá proceder à atualização, no prazo definido pela AG do CENTRO 2030, no Sistema de Informação, de toda a informação relevante relativa a cada uma das operações.

**Cláusula 17.ª**

**Legislação aplicável**

É aplicável ao presente contrato o significado e alcance previstos no Decreto-Lei n.º 5/2023, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027, e o Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027.

**Cláusula 18.ª**

**Vigência**

O presente contrato é válido enquanto vigorar o CENTRO 2030.

**Cláusula 19.ª**

**Produção de efeitos**

O presente contrato produz efeitos a 21 de março de 2024.

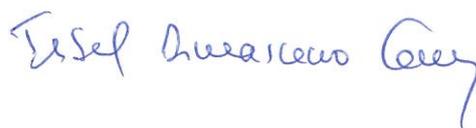
**Cláusula 20.ª**

**Foro competente**

Para a resolução de quaisquer litígios emergentes da execução do presente contrato, as partes outorgantes convencionam recorrer à jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

**Pelo Primeiro Outorgante**

**A Presidente da Comissão Diretiva**



Isabel Damasceno

**Pelo Segundo Outorgante**

**O Presidente do Conselho Intermunicipal**



João Lobo

**Anexo 1: Objetivos Específicos, Tipologias de Ação e Dotações**

Objetivo Específico (código e designação)		Tipologia de ação	Dotação M€	Fundo
RSO1.2	Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	1.736.699,75 €	FEDER
RSO1.3	Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	Investimento empresarial produtivo	950.000,00 €	FEDER
		Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	5.000.000,00 €	FEDER
RSO1.4	Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	Redes e capacitação institucional RIS3	100.000,00 €	FEDER
RSO2.1	Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa	Eficiência energética na AP Regional e Local	6.561.170,43 €	FEDER
RSO2.4	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	Proteção civil e gestão integrada de riscos	8.359.209,97 €	FEDER
RSO2.5	Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	CUA em baixa (sistemas municipais)	5.023.769,02 €	FEDER
RSO2.6	Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	721.231,10 €	FEDER
RSO2.7	Reforçar a proteção da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	3.833.793,81 €	FEDER
RSO5.1	Fomentar o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Intervenções Urbanas / TI - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	2.826.695,00 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	4.411.557,07 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Equipamentos desportivos (IT)	3.208.250,00 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Habitação a custos acessíveis (IT)	1.800.777,48 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	4.099.669,40 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Refuncionalização de	1.901.083,95 €	FEDER

Objetivo Específico (código e designação)		Tipologia de ação	Dotação M€	Fundo
		equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)		
		Intervenções Urbanas / TI - Património cultural e natural (IT)	2.945.011,38 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	700.000,00 €	FEDER
ESO4.a	Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Apoios ao emprego	950.000,00 €	FSE+
ESO4.k	Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados	Igualdade de acesso a serviços de educação	3.443.492,65 €	FSE+
<b>TOTAL</b>			<b>58.572.411,01 €</b>	-

### Anexo 2 - “Indicadores e Metas”

Indicadores de realizações (Referência: artigo 22.º, n.º 3, alínea d), subalínea ii), do RDC, e artigo 8.º do Regulamento FEDER e FC) e Indicadores de resultados Referência: artigo 22.º, n.º 3, alínea d), subalínea ii), do RDC

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final
RSO1.2	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	Digitalização para eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	RCO14 ITI	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Realização	N.º	n.a.	n.a.	0	2024	8,00	2029
				RCR11 ITI	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Resultado	utilizadores/ano			n.a.	n.a.	141.206,00	2029
RSO1.3	Investimento empresarial produtivo	Investimentos de base territorial	Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	RCO01 ITI	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	Realização	Nº	n.a.	n.a.	0	2024	8,00	2029
				RCO02 ITI	Empresas apoiadas através de subvenções	Realização	empresas	n.a.	n.a.	0	2024	8,00	2029
				RCR01 ITI	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	Resultado	ETI anuais			n.a.	n.a.	15,00	2029
	Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	Áreas de Acolhimento Empresarial - Criação, expansão e requalificação, incluindo infraestruturas, equipamentos e acessos	RSO16 ITI	Área infraestruturada para acolhimento de empresas	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	122.598,00	2029
				RSR02 ITI	Empresas/PME instaladas na AAE	Resultado	Nº			n.a.	n.a.	11,00	2029
RSO1.4	Redes e capacitação institucional RIS3	Redes e capacitação institucional RIS3	Cadeias de valor e redes colaborativas	RCO16 ITI	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Realização	Nº	n.a.	n.a.	0	2024	2,00	2029




*M*

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final
				RSR03 ITI	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	Resultado	Nº			n.a.	n.a.	12,00	2029
RSO2.1	Eficiência energética na AP Regional e Local	Eficiência energética na AP Regional e Local	EE na AP Local	RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	24.666,05	2029
				RRC26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	23.679,00	2029
RSO2.4	Proteção civil e gestão integrada de riscos	Proteção civil e gestão integrada de riscos	Intervenções e sistemas de prevenção e combate	RCO28 ITI	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Realização	Hectares	n.a.	n.a.	0	2024	32.665,00	2029
				RRC36 ITI	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Resultado	Pessoas			n.a.	n.a.	57.012,00	2029
RSO2.5	CUA em baixa (sistemas municipais)	CUA em baixa (sistemas municipais)	Abastecimento de água	RCO30 ITI	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Realização	Km	n.a.	n.a.	0	2024	258,67	2029
				RRC41 ITI	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Resultado	Pessoas			n.a.	n.a.	9.357,00	2029
			Saneamento de Águas Residuais	RCO31 ITI	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Realização	Km	n.a.	n.a.	0	2024	1,45	2029
				RRC42 ITI	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública	Resultado	Pessoas			n.a.	n.a.	1.500,00	2029

*pep*

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final
					de tratamento de águas residuais								
RSO2.6	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	RCO34 ITI	Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Realização	Toneladas/ano	n.a.	n.a.	0	2024	3.260,00	2029
				RCR103 ITI	Resíduos objeto de recolha seletiva	Resultado	Toneladas/ano			n.a.	n.a.	2.341,00	2029
RSO2.7	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	RCO37 ITI	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Realização	Hectares	n.a.	n.a.	0	2024	3.018,74	2029
				RCR95 ITI	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Resultado	Pessoas			n.a.	n.a.	45.335,00	2029
RSO5.1	Intervenções urbanas	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	Infraestruturas do pré-escolar	RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	1.006,58	2029
				RCO67 ITI	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	Realização	Pessoas	n.a.	n.a.	0	2024	354,00	2029
				RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	966,00	2029
				RCR71 ITI	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	Resultado	Utilizadores ano			n.a.	n.a.	354,00	2029
				Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	4.306,76

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final		
				RCO67 ITI	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	Realização	Pessoas	n.a.	n.a.	0	2024	1.517,00	2029		
				RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	4.134,00	2029		
				RCR71 ITI	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	Resultado	Utilizadores ano			n.a.	n.a.	1.517,00	2029		
		Saúde - cuidados saúde primários (IT)	Infraestruturas de cuidados de saúde primários			RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	1.757,52	2029
						RCO69 ITI	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Realização	Pessoas/ano	n.a.	n.a.	0	2024	3.247,00	2029
						RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	1.687,00	2029
						RCR73 ITI	Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Resultado	Utilizadores ano			n.a.	n.a.	3.247,00	2029
		Equipamentos Desportivos (IT)	Equipamentos desportivos			RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	12.061,09	2029

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final		
				RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	11.578,00	2029		
		Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	Reabilitação e regeneração urbanas	RCO114 ITI	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	89.123,25	2029		
					RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	15.412,29	2029	
						RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	14.795,00	2029
		Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaços públicos (IT)	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaços públicos	RCO114 ITI	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	Realização	m2	n.a.	n.a.	0	2024	41.327,91	2029		
						RCO19 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	m2	n.a.	n.a.	2.000,00	2024	7.146,93	2029
						RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	Resultado	MWh/ano			n.a.	n.a.	3.430,00	2029
		Património cultural e natural (IT)	Museus	RCO77 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Realização	locais de interesse cultural e turístico	n.a.	n.a.	0	2024	3,00	2029		
						RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Resultado	visitantes/ano	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	39.510,00	2029

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final	
			Valorização do património cultural	RCO77 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Realização	locais de interesse cultural e turístico	n.a.	n.a.	0	2024	7,00	2029	
				RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Resultado	visitantes/ano	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	92.190,00	2029	
			Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	Apoio à estruturação de produtos turísticos subregionais e locais (IT)	RCO77 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Realização	locais de interesse cultural e turístico	n.a.	n.a.	0	2024	2,00	2029
					RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Resultado	visitantes/ano	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	26.340,00	2029
ESO4.a	Apoios ao emprego (ESO4.1)	Apoio ao emprego e empreendedorismo	Criação de emprego e microempreendedorismo	EECO02 ITI	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	Realização	Pessoas	n.a.	n.a.	1,00	2024	18	2029	
				EECR05 ITI	Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação	Resultado	Pessoas	50,00	2022	n.a.	n.a.	50,00	2029	
ESO4.k	Igualdade de acesso a serviços de educação	Promoção do sucesso educativo	Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar	EESO07 ITI	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo	Realização	Nº	n.a.	n.a.	0	2024	10,00	2029	
				EESO30 ITI	Crianças e alunos abrangidos pelos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Realização	Nº	n.a.	n.a.	438,00	2024	14.603,00	2029	

*M*

Objetivo específico	Tipologia de ação	Tipologia de intervenção	Tipologia de operação	Código	Designação	Tipo	Unidade	Valor de Referência	Ano de Referência	Meta Intermédia	Ano Meta Intermédia	Meta Final	Ano Meta Final
				EESR17 ITI	Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	Resultado	%	77	2022	n.a.	n.a.	90,00	2029

*per*

### Anexo 3 - Contributos indicativos para metas físicas e financeiras do Programa

Objetivo Específico (código e designação abreviada)		Tipologia de ação	Ano 2024 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2025 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2026 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2027 % Fundo acumulado operações aprovadas
RSO1.2	Digitalização na Administração Pública (Regional e Local)	Digitalização na Administração Pública (Regional e Local)	10%	50%	80%	100%
RSO1.3	Investimentos de base territorial	Investimento empresarial produtivo	0%	20%	70%	100%
	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	20%	60%	85%	100%
RSO1.4	Competências para a especialização inteligente e a transição	Redes e capacitação institucional RIS3	0%	20%	70%	100%
RSO2.1	Eficiência Energética	Eficiência energética na AP Regional e Local	10%	40%	70%	100%
RSO2.4	Adaptação às alterações climáticas	Proteção civil e gestão integrada de riscos	20%	55%	75%	100%
RSO2.5	CUA em baixa (sistemas municipais)	CUA em baixa (sistemas municipais)	10%	40%	85%	100%
RSO2.6	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	10%	40%	85%	100%
RSO2.7	Proteção da natureza e biodiversidade	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	25%	70%	85%	100%
RSO5.1	Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas	Intervenções Urbanas / TI - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	15%	60%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	10%	60%	85%	100%

Objetivo Específico (código e designação abreviada)	Tipologia de ação	Ano 2024 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2025 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2026 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2027 % Fundo acumulado operações aprovadas	
	Intervenções Urbanas / TI – Equipamentos desportivos (IT)	10%	60%	85%	100%	
	Intervenções Urbanas / TI – Habitação a custos acessíveis (IT)	0%	20%	70%	100%	
	Intervenções Urbanas / TI - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	25%	70%	85%	100%	
	Intervenções Urbanas / TI - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)	20%	55%	75%	100%	
	Intervenções Urbanas / TI - Património cultural e natural (IT)	10%	60%	85%	100%	
	Intervenções Urbanas / TI - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	15%	60%	85%	100%	
ESO4.a	Apoio ao emprego e empreendedorismo	Apoio ao emprego	0%	20%	70%	100%
ESO4.k	Acesso a serviços de qualidade	Promoção do sucesso educativo	40%	60%	80%	100%

---

**Anexo 4 “Plano de Ação ITI CIM 2030”**

# Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Beira Baixa 2030

Março 2024



## Ficha Técnica

**Estudo:**

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Beira Baixa 2030

**Promotor:**

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

**Parceiros:**

Câmara Municipal de Castelo Branco  
Câmara Municipal de Idanha-a-Nova  
Câmara Municipal de Oleiros  
Câmara Municipal de Penamacor  
Câmara Municipal de Proença-a-Nova  
Câmara Municipal de Sertão  
Câmara Municipal de Vila de Rei  
Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão

**Assistência técnica:**

CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

**Data:**

Março de 2024

**Número de páginas:**

72

# Índice

<b>1_NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>9</b>
<b>2_DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>15</b>
2.1_INTRODUÇÃO .....	15
3.2_ANÁLISE SWOT.....	16
2.3_DESAFIO DEMOGRÁFICO: PERDA E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL .....	19
2.4_DESAFIO DA ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE RECURSOS QUALIFICADOS .....	20
2.5_DESAFIO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - EXPOSIÇÃO A EXTREMOS CLIMÁTICOS.....	21
2.6_DESAFIO DA CONECTIVIDADE: INSUFICIÊNCIA DAS REDES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E FÍSICA .....	22
2.7_POTENCIAL DOS RECURSOS NATURAIS, CULTURAIS E PAISAGÍSTICOS COM POTENCIAL ESTRUTURADOR .....	23
2.8_POTENCIAL DE CONSOLIDAÇÃO E AFIRMAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA .....	25
2.9_POTENCIAL DE UMA POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO IBÉRICO.....	26
2.10_POTENCIAL DE UM SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO COM EXPRESSÃO REGIONAL .....	27
<b>3 ESTRATÉGIA BEIRA BAIXA 2030.....</b>	<b>31</b>
3.1_VISÃO ESTRATÉGICA .....	31
3.2_OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	33
3.3_DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS .....	35
3.4_CO-BENEFÍCIOS DA ABORDAGEM BEIRA BAIXA 2030 .....	36
3.5_ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA.....	37
3.6_PROJETOS ÂNCORA NACIONAIS.....	41
<b>4 PLANO DE AÇÃO.....</b>	<b>45</b>
4.1_EIXO I – DIMENSÃO FUNCIONAL NA PROVISÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL.....	45
4.1.1_Modernização administrativa .....	48
4.1.2_Promoção do sucesso educativo.....	49
4.1.3_Proteção civil e gestão integrada de riscos .....	50
4.1.4_Provisão de equipamentos de proximidade .....	51
4.1.5_Promoção de habitação.....	52
4.1.6_Promoção de serviços ambientais .....	53
4.1.7_Redes colaborativas e empreendedorismo .....	54
4.2_EIXO II – REFORÇO DO SISTEMA URBANO.....	55
4.2.1_Regeneração urbana e ambiental de centros regionais.....	57
4.3_EIXO III – DINAMIZAÇÃO DE ATIVOS TERRITORIAIS .....	58
4.3.1_Dinamização cultural .....	59
4.3.2_Dinamização económica de base territorial.....	60
4.3.3_Proteção e conservação da natureza.....	61
4.3.4_Qualificação urbana de centros complementares .....	62
<b>5 PLANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO .....</b>	<b>65</b>
<b>6 MODELO DE GOVERNAÇÃO.....</b>	<b>69</b>

## Índice de figuras

FIGURA 1. DENSIDADE POPULACIONAL (HAB./KM2), POR TIPOLOGIA, NA BEIRA BAIXA, EM 2011 E 2021 (INE).....	19
FIGURA 2. POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º), TOTAL E COM 65 E MAIS ANOS, NA BEIRA BAIXA, EM 2011 E 2021 (INE).....	19
FIGURA 3. DESPESA EM I&D (MILHARES DE EUROS), NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, ENTRE 2010 E 2020 (INE).....	20
FIGURA 4. SUPERFÍCIE MÉDIA ARDIDA (HA), NA REGIÃO CENTRO E SUB-REGIÃO DA BEIRA BAIXA, ENTRE 2001 E 2021 (INE).....	21
FIGURA 5. ÁREAS DA BEIRA BAIXA SEM COBERTURA DA REDE DE FIBRA ÓTICA, EM 2022 (ANACOM) .....	22
FIGURA 6. ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, ENTRE 2014 E 2021 (INE).....	22
FIGURA 7. DISTRIBUIÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (%) POR GRAU DE URBANIZAÇÃO EM PORTUGAL, NO CENTRO E NA BEIRA BAIXA, EM 2021 (INE).....	23
FIGURA 8. TOTAL DE DORMIDAS (N.º) E PERCENTAGEM DE DORMIDAS DE ESTRANGEIROS (%) NA BEIRA BAIXA, ENTRE 2011 E 2021 (INE).....	23
FIGURA 9. PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE EM PRODUÇÃO DE AGRICULTURA BIOLÓGICA E TIPO DE CULTURAS NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (% DO TOTAL DA REGIÃO CENTRO) NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, EM 2019 (INE).....	25
FIGURA 10. PROPORÇÃO DO EFETIVO ANIMAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO (% DO TOTAL DA REGIÃO CENTRO), NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, EM 2019 (INE) .....	25
FIGURA 11. PROPORÇÃO DE IMPORTAÇÕES DE BENS DE ESPANHA (%) EM PORTUGAL, NA REGIÃO CENTRO E NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, EM 2011 E 2021 (INE).....	26
FIGURA 12. PROPORÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE BENS PARA ESPANHA (%) EM PORTUGAL, NA REGIÃO CENTRO E NAS SUB-REGIÕES DO CENTRO, EM 2011 E 2021 (INE).....	26
FIGURA 1. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A BEIRA BAIXA 2030 .....	31
FIGURA 14. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA BEIRA BAIXA 2030 .....	33
FIGURA 15. TRANSIÇÕES DESAFIANTES PARA A BEIRA BAIXA 2030 .....	34
FIGURA 16. DOMÍNIOS ESTRATÉGICO BEIRA BAIXA 2030 .....	35
FIGURA 17. ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO DA BEIRA BAIXA 2030 .....	37
FIGURA 18. PROJETOS ÂNCORA NACIONAIS PARA A BEIRA BAIXA 2030.....	42

## Índice de quadros

QUADRO 1. ANÁLISE SWOT .....	17
QUADRO 2. CENARIZAÇÃO CLIMÁTICA DE ALGUMAS VARIÁVEIS CLIMÁTICAS, PARA A BEIRA BAIXA, NO CENÁRIO RCP 4.5 E RCP 8.5, PARA OS HORIZONTES TEMPORAIS 2070 E 2100 (PIAAC-BB).....	21
QUADRO 3. POPULAÇÃO EMPREGADA OU ESTUDANTE (N.º) POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (%), INE (2021).....	27
QUADRO 4. CO-BENEFÍCIOS ENTRE OS DOMÍNIOS DA ESTRATÉGIA, AS VULNERABILIDADES PRIORITÁRIAS E OS ODS.....	36
QUADRO 5. PLANO DE FINANCIAMENTO E DE INVESTIMENTO DO PLANO DE AÇÃO BEIRA BAIXA 2030.....	65

## Siglário

AG	Autoridade de Gestão
AP	Acordo de Parceria
CATAA	Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CENTRO 2030	Programa Regional do Centro 2021-2027
CIMBB	Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa
CM	Câmara Municipal
CMCB	Câmara Municipal de Castelo Branco
CMIN	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
CMO	Câmara Municipal de Oleiros
CMP	Câmara Municipal de Penamacor
CMS	Câmara Municipal da Sertã
CMVR	Câmara Municipal de Vila de Rei
CMPN	Câmara Municipal de Proença-a-Nova
CMVVR	Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EREI	Estratégia Regional de Especialização Inteligente
EURO-ACE	Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Investimento
GEE	Gases de efeito de estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D&I	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IC	Itinerário Complementar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCB	Instituto Politécnico de Castelo Branco
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
POAT	Programa Operacional Assistência Técnica
QFC	Quadro de Financiamento Comunitário
TO	Tipologia de operação
UE	União Europeia

Página propositadamente deixada em branco



Página propositadamente deixada em branco

# 1\_Nota Introdutória

O Plano de Ação Beira Baixa 2030 foi elaborado pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) no âmbito do Convite para apresentação do Plano de Ação para a operacionalização do Instrumento Territorial Integrado CIM (NUTS III), lançado pelo Programa Regional do Centro 2021-2027 (CENTRO 2030), tendo a elaboração da estratégia e do plano de ação sido concretizada com o apoio do Programa Operacional Assistência Técnica 2020 (POAT).

A produção deste documento tem por base uma estratégia de desenvolvimento sub-regional articulada com os vários municípios e como objetivo geral assegurar a mobilização e execução dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) do período de programação 2021-2027 na Beira Baixa. A resposta aos desafios e exigências colocadas pelo Quadro de Financiamento Comunitário (QFC), nomeadamente através do CENTRO 2030, é desenvolvida através de uma estratégia e de um plano de ação mobilizadores e integrados, que visam endereçar os principais constrangimentos ao desenvolvimento territorial da Beira Baixa.

A abordagem adotada neste processo assentou na partilha e cooperação entre os vários órgãos da CIMBB e os representantes dos municípios, tendo como propósito maximizar oportunidades de articulação ao nível sub-regional e gerar impactes sociais e económicos positivos para a globalidade do território da Beira Baixa.

A abordagem metodológica e o desenvolvimento do Plano de Ação Beira Baixa 2030 foi norteada por um conjunto de objetivos específicos de referência que permitiram definir e enquadrar os vários processos de auscultação e articulação realizados, nomeadamente:

- Definir a estratégia de desenvolvimento da Beira Baixa e o respetivo plano de ação criando condições para uma execução estratégica e acelerada dos FEEI, promovendo a recuperação económica e a resiliência às crises sistémicas globais;
- Articular o quadro de política de desenvolvimento local e intermunicipal da Beira Baixa com as prioridades europeias e nacionais, criando uma referência estratégica de intervenção atualizada;
- Identificar os investimentos prioritários do Estado Central na Beira Baixa, alertando para a necessidade de um quadro de intervenção comum e discriminatório de promoção da coesão territorial;
- Definir o plano de projetos municipais e intermunicipais a contratualizar com o CENTRO 2030, considerando as regras estabelecidas no Acordo de Parceria (AP) Portugal 2030 e nesse Programa Regional;
- Mobilizar os atores locais e regionais para uma dinâmica de investimento concertada e alinhada com uma estratégia comum de superação dos problemas sociais, económicos e ambientais.

Para além desta nota introdutória, o presente documento integra os seguintes capítulos:

- Apresentação do diagnóstico estratégico e prospetivo da sub-região;
- Definição da estratégia Beira Baixa 2030, em que se enfatiza uma visão estratégica para a sub-região, os objetivos estratégicos, áreas de especialização e eixos de atuação;
- Apresentação do plano de ação, no qual se identificam os projetos e ações de investimento a desenvolver;
- Apresentação do plano de financiamento, no qual sistematiza a afetação de recursos pelos vários eixos, domínios e áreas de investimento;
- Desenho do modelo de governação, onde se descrevem os mecanismos de gestão e acompanhamento da implementação do Programa.

Para o desenvolvimento dos conteúdos deste documento foi fundamental a colaboração das oito Câmaras Municipais que integram a CIMBB, designadamente, a Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB), a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (CMIN), a Câmara Municipal de Oleiros (CMO), a Câmara Municipal de Penamacor (CMP), a Câmara Municipal de Proença-a-Nova (CMPN), a Câmara Municipal da Sertã (CMS), a Câmara Municipal de Vila de Rei (CMVR) e a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, bem como dos parceiros sociais, económicos e da sociedade civil que ao longo dos últimos anos colaboraram com a CIMBB nos diversos momentos de reflexão e debate estratégico sobre o desenvolvimento da região.



Página propositadamente deixada em branco



Página propositadamente deixada em branco

## 2\_Diagnóstico Estratégico

### 2.1\_Introdução

O processo de análise e diagnóstico tem um papel essencial, já que visa identificar as principais tendências e aspetos demográficos, sociais e económicos que se constituem como fatores promotores ou inibidores do desenvolvimento da Beira Baixa. Por este motivo, constitui-se como um ponto de partida fundamental para a definição estratégica que, por sua vez, procurará abordar as oportunidades e ameaças identificadas, promovendo um círculo virtuoso de desenvolvimento que seja sustentável.

Para tal, o diagnóstico visa identificar e sintetizar as principais problemáticas e virtuosidades sobre as quais se poderá construir uma estratégia de valorização territorial cujo último propósito é o de melhorar a qualidade de vida dos que residem na Beira Baixa, estimular o dinamismo económico e empresarial e valorizar os ativos territoriais estruturantes.

Dada a complexidade deste processo e a variedade temática abordada, são apresentadas várias fichas de diagnóstico que, de forma sintetizada e visual, identificam as tendências que influenciaram o desenvolvimento territorial até ao momento e que têm o potencial para influenciar a dinâmica futura da sub-região.

Este exercício foi realizado com recurso a fontes de informação de natureza e tipologia diversificada, que vão desde dados estatísticos provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), a mapas de cobertura da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). Por outro lado, todos os documentos relevantes para o processo de diagnóstico estratégico foram também considerados, com destaque para as estratégias e planos regionais, intermunicipais e municipais de desenvolvimento estratégico.

A partir destas fontes de informação, é possível antecipar os seguintes elementos como particularmente desafiantes para o desenvolvimento da sub-região da Beira Baixa:

- Perda e envelhecimento populacional – que resulta da incapacidade da região em atrair novos residentes e reter aqueles que ali residem;
- Elevada exposição à problemática das alterações climáticas – causada pela alteração das condições climáticas de referência e pelo acentuar do potencial disruptivo de processos relacionados com a mudança do clima;
- Insuficiente provisão das redes de acessibilidade digital e física – a falta de cobertura por parte de uma rede de telecomunicações fiável promove a situação de isolamento digital que alguns territórios da região enfrentam, que em certos casos é acentuada pelo elevado nível de degradação e ineficácia das vias de circulação viária;
- Incapacidade de atrair e reter recursos humanos qualificados – a conjugação de vários fatores sociais e económicos intrínsecos ao território, aos quais acrescem constrangimentos ao nível da conectividade digital, tem dificultado a capacidade de atrair e manter quadros qualificados.

Por outro lado, é possível também antecipar alguns elementos estruturantes que podem ancorar e suportar uma dinâmica de valorização social, económica e territorial, designadamente:

- Potencial de afirmação e consolidação da fileira do agroindustrial – reforçado pelos recursos endógenos naturais e pela existência de atores e antecedentes de desenvolvimento com algum potencial de fortalecimento;
- Recursos naturais, paisagísticos e histórico-culturais de nível regional e nacional – tratando-se de uma sub-região com uma dimensão territorial assinalável, alberga recursos de tipologia variada com potencial estruturante para a afirmação estratégica regional e sub-regional;
- Posição de articulação no contexto ibérico e regional – que pode potenciar um elevado potencial sinérgico com outras regiões fronteiriças, com destaque para as espanholas.

Nos subpontos seguintes são apresentados em maior detalhe alguns destes domínios de enquadramento estratégico, para além de uma análise SWOT que resulta do processo de revisitação à EIDT do período anterior.

A partir deste exercício, foram identificados e estruturados os principais desafios com que se depara a sub-região, assim como as suas principais potencialidades, tendo-se procedido à consolidação de aspetos de importância central para o desenvolvimento territorial, social e económico deste território para o horizonte temporal 2021-2027.

É assim objetivo deste capítulo produzir e consolidar um diagnóstico estratégico de referência que servirá de base à materialização da estratégia e respetivo plano de ação global da Beira Baixa para 2021-2027.

## 3.2\_Análise SWOT

O desenvolvimento da análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) aqui apresentada resulta do processo de revisitação à EIDT Beira Baixa 2020, tendo sido atualizada nos aspetos que, entretanto, sofreram algum tipo de alteração.

De um modo geral, verifica-se que, apesar dos investimentos realizados durante o período de 2014 - 2020, algumas das dinâmicas estruturantes que afetam a Beira Baixa se mantêm, sendo disso exemplo a problemática da perda e envelhecimento populacional.

É por isso necessário dar sequência a um plano de investimentos que atenuar os constrangimentos identificados e que simultaneamente tire partido das oportunidades e potencialidades que se têm vindo a gerar, especialmente ao nível da valorização dos recursos territoriais (naturais e culturais) e de produtos agroindustriais endógenos.

Por outro lado, há também um conjunto de processos emergentes que importa acompanhar e corrigir, de que são exemplo os desafios proporcionados pelas alterações climáticas na gestão dos recursos hídricos, ou a necessidade de assegurar a conectividade física e digital destes territórios. A análise SWOT encontra-se ilustrada no quadro abaixo.

## Quadro 1. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das indústrias inseridas em setores orientados para a diferenciação do produto e valorização da I&amp;D, nomeadamente nas TICE;</li> <li>• Centralidade face à fronteira espanhola;</li> <li>• Condições para a exploração das fontes de energia renovável (biomassa, fotovoltaica etc.);</li> <li>• Crescente procura da região por parte de investidores externos, nomeadamente estrangeiros, em setores chave como o agroalimentar e TICE;</li> <li>• Capacidade do IPCB em atrair alunos, incluindo estrangeiros;</li> <li>• Crescimento registado no setor do turismo na Beira Baixa, designadamente no número de estabelecimentos hoteleiros e respetiva capacidade de alojamento, bem como no número de dormidas e estada média;</li> <li>• Diversidade ambiental e valor paisagístico;</li> <li>• Evolução positiva das taxas de retenção e de desistência no 1.º CEB;</li> <li>• Histórico de investimentos realizados na criação e/ou reabilitação/extensão de equipamentos de coesão social, nos setores da educação, saúde, apoio social, qualidade de vida;</li> <li>• Importância das indústrias alimentares na Beira Baixa, com boa expressão no contexto das indústrias transformadoras;</li> <li>• Investimento em regadio, ainda que escasso, essencial para o desenvolvimento e atratividade da região no domínio agrícola e agroalimentar;</li> <li>• Investimento realizado em atividades de combate ao insucesso escolar, as quais têm mobilizado a região e a comunidade educativa;</li> <li>• IPCB, enquanto instituição ao nível da ciência, inovação e tecnologia, a par do InovCluster e outras entidades como o CATAA, em Castelo Branco, o Food4Sustainability, em Idanha-a-Nova, o SerQ, na Sertã, que apoiam a especialização do território, fortalecem o desempenho da investigação, promovem a transferência de conhecimento, aumentam a competitividade do território e fomentam a qualificação dos recursos humanos e do tecido económico, e ainda o Centro de Ciência Viva da Floresta, em Proença-a-Nova, com agenda de atividades e iniciativas e que disponibiliza à população/empresas diversos serviços;</li> <li>• Linha da Beira Baixa, enquanto estrutura relevante na promoção do potencial turístico da Região;</li> <li>• Maior compreensão para a importância da despesa das empresas e do ensino superior em I&amp;D;</li> <li>• Oferta formativa diversificada de ensino superior profissional;</li> <li>• Património cultural classificado existente nos vários concelhos, onde se incluem Aldeias Históricas e Aldeias de Xisto;</li> <li>• Percentagem significativa do território classificado sob alguma forma de regime de proteção ou valorização, com destaque para o MN Portas de Ródão, o Geopark Naturtejo, o Parque Internacional Tejo-Tajo (PN do Tejo Internacional), a Reserva Natural da Serra da Malcata, a Serra da Gardunha, e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo Internacional – além de vários outros recursos naturais classificados;</li> <li>• Produção de energia eólica na sub-região da Beira Baixa;</li> <li>• Programas e políticas municipais e de instituições de solidariedade social de apoio ao combate à pobreza e exclusão social e melhoria da qualidade de vida;</li> <li>• Projetos âncora do ponto de vista turístico e de desenvolvimento sub-regional;</li> <li>• Qualidade e diversidade de produtos agroalimentares, designadamente DOC, DOP e IGP;</li> <li>• Boa qualidade do ar, resultado do reduzido valor de emissões de gases poluentes atmosféricos;</li> <li>• Representatividade da indústria da fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, que representam parte significativa do VAB da Beira Baixa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abandono e estado de conservação do edificado e das terras;</li> <li>• Aumento dos consumos energéticos em alguns setores e atividades;</li> <li>• Baixa capacidade de resposta à procura por habitação;</li> <li>• Comportamento demográfico regressivo com perdas de população;</li> <li>• Crescente impacto das culturas intensivas na gestão dos recursos naturais, nomeadamente na gestão da água.</li> <li>• Decréscimo da despesa do Estado em I&amp;D na região;</li> <li>• Densidade empresarial ainda baixa, condicionando o desenvolvimento de sinergias e economias de aglomeração e de escala;</li> <li>• Distância física e temporal de várias localidades aos centros urbanos, o que causa constrangimentos em matéria de saúde, segurança e educação;</li> <li>• Elevada exposição a riscos tecnológicos associados à Central de Almaraz (Espanha);</li> <li>• Elevada vulnerabilidade aos fenómenos gerados pelas alterações climáticas;</li> <li>• Escassez de mão-de-obra, com impactos diretos na capacidade de atração de empresas;</li> <li>• Fraca conectividade digital;</li> <li>• Fragilidades na cobertura de alojamentos por rede de drenagem de águas residuais/modelos adequados a territórios de baixa densidade;</li> <li>• Gestão integrada da floresta, condicionada pela elevada fragmentação da propriedade;</li> <li>• Limitada capacidade de renovação demográfica;</li> <li>• Menor nível de qualificação da população, empregada e em geral;</li> <li>• Necessidade de apoios financeiros em áreas chave como a mitigação de riscos, mobilidade e transportes, reabilitação urbana e eficiência energética, o que fragiliza uma intervenção mais consequente e adequada nestas matérias chave;</li> <li>• Perspetiva concorrencial em detrimento de uma abordagem complementar, nomeadamente ao nível da formação e qualificação e em projetos/ações coletivas para o desenvolvimento económico da Beira Baixa;</li> <li>• Predominância de perfil de qualificações de nível básico e secundário, com alguma insuficiência de qualificações;</li> <li>• Predomínio de indústrias dependentes de recursos naturais;</li> <li>• Reduzida oferta habitacional quer no mercado de arrendamento como de compra/venda que pode comprometer a competitividade da região uma vez que o aumento de empresas é acompanhado pela “importação” de recursos humanos;</li> <li>• Reduzida tradição de trabalho em rede por parte das entidades locais, levando a uma multiplicação de intervenções, muitas vezes concorrenciais e não complementares, com impactos na capacidade de alcance de resultados;</li> <li>• Riscos naturais e prevenção ativa dos mesmos, nomeadamente no domínio dos fogos florestais com consequências gravosas para o desenvolvimento da região e para a emissão de GEE;</li> <li>• Variabilidade na densidade populacional que, no geral, teve uma redução superior à da região Centro e a nível nacional;</li> <li>• Volume de negócios por empresa inferior à média nacional e à registada na região Centro.</li> </ul>

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variedade e disponibilidade de espaços de localização empresarial.</li> </ul>	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aposta em projetos inovadores na área da produção e consumo de energia;</li> <li>• Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos;</li> <li>• Boa capacidade de gestão dos efeitos sanitários da pandemia COVID-19, com reflexos e notoriedade percecionada positiva;</li> <li>• Cooperação transfronteiriça Portugal/Espanha e cooperação com regiões com características e desafios similares;</li> <li>• Crescimento de nichos de mercado do setor hortofrutícola, agroalimentar e novas tecnologias, associados a novos hábitos alimentares da população e a novas exigências de inovação e superação do tecido empresarial;</li> <li>• Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e competitividade do território.</li> <li>• Disponibilidade da UE à aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas;</li> <li>• Diversidade de apoios existentes em matéria de inclusão e inovação social;</li> <li>• Elevado potencial do território para produção de energia elétrica de fontes renováveis (biomassa, fotovoltaica) ainda pouco exploradas;</li> <li>• Enfoque dos apoios comunitários no domínio da energia e da “economia verde”;</li> <li>• Existência de apoios comunitários que facilitam a reconversão de fontes de energia renovável e promovem a eficiência energética, a reabilitação do edificado, tanto no setor público como no privado;</li> <li>• Fortalecimento do cluster agroalimentar e agroflorestal, o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território;</li> <li>• Investimento no Mercado de Carbono;</li> <li>• Maior consciencialização e interesse dos cidadãos para as questões éticas e ambientais;</li> <li>• Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias;</li> <li>• Oportunidades de cooperação europeia com regiões com características e desafios similares;</li> <li>• Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e ao empreendedorismo;</li> <li>• Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios;</li> <li>• Reconhecimento do setor primário (agricultura e floresta) como mais-valia do território nacional;</li> <li>• Reforço da aposta na investigação em setores chave;</li> <li>• Reforço da implementação de programas de combate ao insucesso escolar, que garantam a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoios desadequados com condicionantes e requisitos generalistas, em muitos casos difíceis de serem respondidos/cumpridos numa sub-região de baixa densidade e com problemas demográficos e de captação de empresas/emprego, com destaque para a regeneração urbana, alterações climáticas, mobilidade, floresta e habitação;</li> <li>• Aprofundamento das problemáticas de coesão social – contínua perda do poder de compra da população portuguesa;</li> <li>• Atraso na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários;</li> <li>• Centralização dos investimentos nas principais aglomerações urbanas nacionais;</li> <li>• Competição de territórios urbanos, nomeadamente do litoral com maior oferta de serviços e apoios financeiros, dificultando o combate a ciclos demográficos e económicos regressivos;</li> <li>• Constrangimentos ao nível da disponibilidade de habitação, que impossibilitam a resposta a situações de procura concentradas no tempo, associadas a processos de contratação direcionados por parte do tecido empresarial local;</li> <li>• Definição dos apoios públicos em função dos volumes populacionais, colocando em situação de desvantagem os territórios de baixa densidade, já numa situação de maior dificuldade;</li> <li>• Dependência de apoios financeiros adequados às especificidades do território;</li> <li>• Desadequação da abordagem a temas chave como as alterações climáticas nos territórios de baixa densidade;</li> <li>• Desadequação de apoios financeiros face às especificidades do território da Beira Baixa, nomeadamente no Portugal 2020, e em domínios estratégicos como a floresta (valorização económica e prevenção ativa de riscos) e o emprego;</li> <li>• Desarticulação de abordagens entre instituições e serviços do estado, fragilizando o desempenho no terreno e o alcance de impactos reais em termos de inclusão;</li> <li>• Efeitos das alterações climáticas na região, e agravamento dos riscos naturais (incêndios florestais, cheias e inundações);</li> <li>• Escassa articulação entre entidades locais, sub-regionais e descentralizadas, com algumas sobreposições de atuação;</li> <li>• Escassez de mão-de-obra e de resposta em termos habitacionais para a receção de mão-de-obra externa, condicionando a competitividade/atração de empresas;</li> <li>• Fecho de serviços no interior e crescente incapacidade de retenção/atração de pessoas;</li> <li>• Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento;</li> <li>• Menor capacidade de execução de projetos e de financiamento comunitário por parte do tecido empresarial;</li> <li>• Políticas de emprego assumem um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional, com menor aplicabilidade em territórios específicos;</li> <li>• Políticas públicas que exacerbam processos de esvaziamento do interior;</li> <li>• Processo de descentralização de competências e atribuições;</li> <li>• Rigidez e excessiva compartimentação de apoios que dificultam intervenções integradas e com maior impacto no desenvolvimento regional;</li> <li>• Tendência de redução dos apoios públicos.</li> </ul>

Fonte: Adaptado da Revisitação à EIDT da Beira Baixa (2019)

## 2.3\_Desafio demográfico: Perda e envelhecimento populacional

### Contexto

A sub-região da Beira Baixa apresenta uma tendência de perda e envelhecimento populacional, que não só não se atenuou, como se acentuou ao longo dos últimos decénios. O total de residentes com 65 ou mais anos no total da população passou de 29,8% em 2011 para 33,5% em 2021.

Este fenómeno tem uma expressão territorial diferenciada, provocando diferenças assinaláveis entre os vários municípios. Esta situação está relacionada com a deslocação da população de algumas áreas de menor dimensão e perfil predominantemente rural, para os principais centros urbanos sub-regionais, com destaque para a freguesia e o concelho de Castelo Branco, que, em 2021, concentravam, respetivamente, 43% e 65% da população residente na sub-região.

Isto veio a resultar na perda de significado social e económico da rede secundária de lugares, pelo que o atual perfil de articulação sub-regional está principalmente centrado nas sedes de concelho. A perda de influência de aldeias e lugares, reduz a sua capacidade de retenção de serviços de saúde ou educativos, contribuindo para um círculo vicioso de perda de potencial de atração de investimento por parte do Estado central e de atores privados.

Por outro lado, as populações que permanecem nessas áreas são mais velhas e socialmente mais vulneráveis, apresentando maior grau de dependência funcional, pelo que carecem de uma rede de apoio que lhes permita aceder aos serviços e equipamentos de referência, cada vez mais limitados às sedes de concelho, o que constitui um desafio acrescido ao nível da provisão de serviços e das necessidades de transportes.

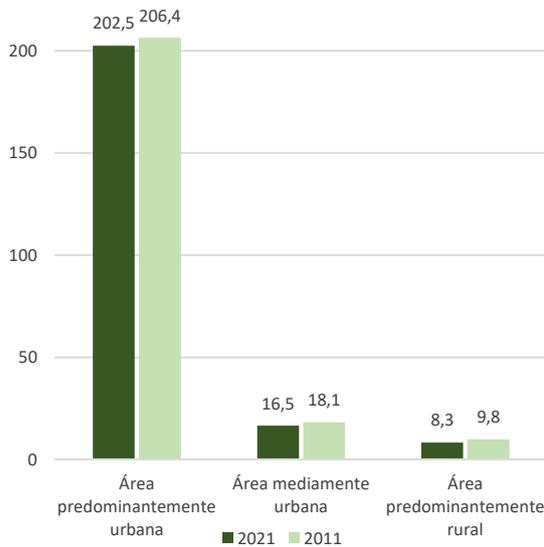


Figura 1. Densidade populacional (hab./km<sup>2</sup>), por tipologia, na Beira Baixa, em 2011 e 2021 (INE)

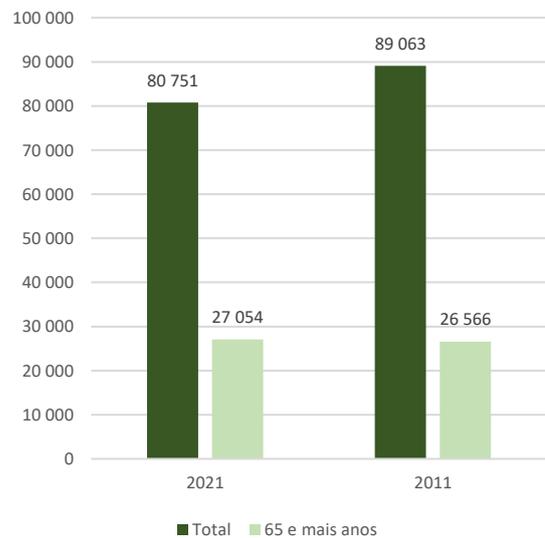


Figura 2. População residente (n.º), total e com 65 e mais anos, na Beira Baixa, em 2011 e 2021 (INE)

### Aspetos chave

- Envelhecimento populacional em tipologia de duplo envelhecimento por perda de população jovem e aumento da importância relativa dos escalões etários mais velhos;
- Persistência da tendência de decréscimo populacional, ainda que com expressão territorial diferenciada;
- Aumento previsível da necessidade de serviços de apoio ao envelhecimento ativo e cuidados de saúde associados;
- Distribuição populacional fragmentada, com pequenas bolsas de concentração onde se verifica elevada dependência e necessidade de apoio para acesso a serviços básicos e fundamentais.

## 2.4\_Desafio da atração e fixação de recursos qualificados

### Contexto

Como observado, os dados relativos à perda populacional e ao envelhecimento demográfico na sub-região não se tem atenuado. Subsistem assim constrangimentos ao nível da atração e fixação de novos residentes em volume suficiente para mitigar as perdas.

Por outro lado, o perfil de emprego dominante na Beira Baixa não se associa a um nível de qualificação ou competência particularmente elevado, o que afeta a capacidade de atração de recursos humanos com níveis de qualificação diferenciados.

Tal está também relacionado com o universo de empresas existente e os domínios de atividade a que estas se dedicam, em que a Investigação, Desenvolvimento e Inovação tem um papel ainda incipiente. Destaque-se ainda o facto de o sector primário ser responsável pelo emprego de mais de 10% do total de população empregada da sub-região, o que corresponde a uma proporção relativa mais elevada que a verificada na região Centro (6,4%) ou a nível nacional (5%), ainda que o volume de negócios deste sector tivesse sido de apenas 3,6% do total da sub-região, em 2020.

Por outro lado, as indústrias transformadoras eram responsáveis por cerca de 30% do volume total de negócios da sub-região, só superadas pelo sector do comércio. Isto significa que boa parte da capacidade de produção de riqueza se encontra situada num número relativamente reduzido de empresas (512, em 2020). A este facto não será alheio a elevada concentração de empresas no ramo da produção de papel e pasta de papel em Vila Velha de Ródão.

Recentemente, têm também sido assinalados casos de insuficiência habitacional para responder a fenómenos de procura que, ainda que localizados e de reduzida dimensão, não encontram resposta para as suas necessidades fora de Castelo Branco.

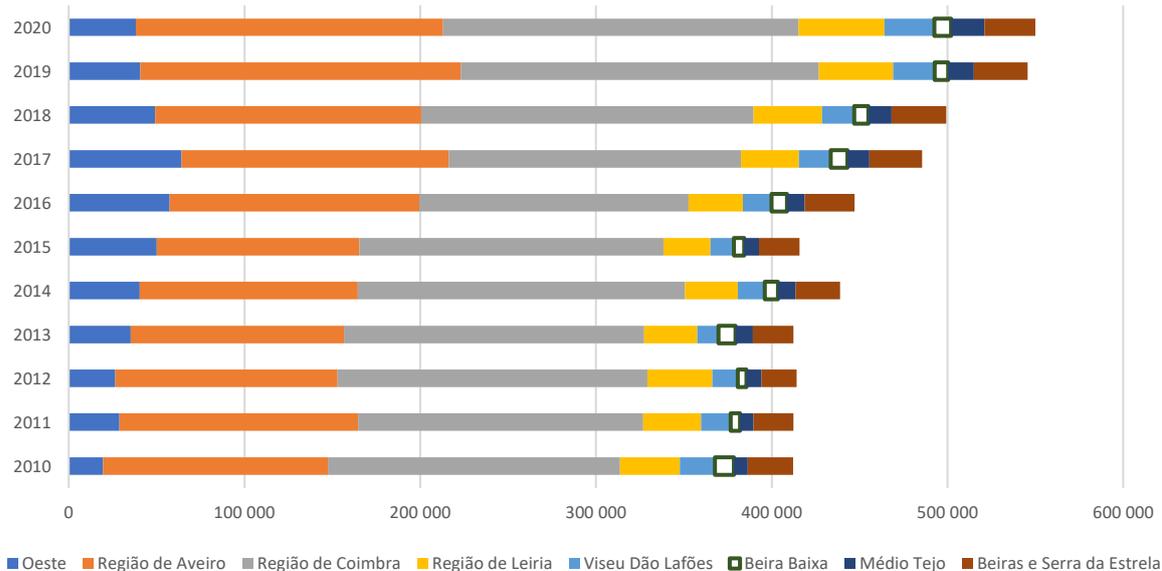


Figura 3. Despesa em I&D (milhares de euros), nas sub-regiões do Centro, entre 2010 e 2020 (INE)

### Aspetos chave

- Tecido económico e empresarial com reduzida capacidade de atração de recursos humanos qualificados;
- Menor expressão da despesa e do investimento em IDI ao nível regional;
- Concentração da riqueza no setor das indústrias transformadoras, de universo relativamente reduzido, e no setor do comércio;
- Insuficiente disponibilidade de habitação, para fenómenos de procura concentrada localizada fora de Castelo Branco.

## 2.5\_Desafio das alterações climáticas - exposição a extremos climáticos

### Contexto

O território da Beira Baixa encontra-se exposto a vários riscos de origem natural que, devido ao fenómeno das alterações climáticas, se tendem a acentuar por via do aumento da intensificação da frequência e potencial disruptivo de eventos climáticos extremos.

O clima atual proporciona, por si só, situações de complexidade elevada no que se refere às temperaturas elevadas, às quais estão associados ondas de calor e incêndios rurais (que ocorrem frequentemente), bem como períodos longos com baixos níveis de precipitação, que originam situações de seca meteorológica.

No entanto, importa salientar que a cenarização das variáveis climáticas realizada no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Beira Baixa (PIAAC-BB), permite antecipar alterações relevantes no que se refere à temperatura e à precipitação.

A temperatura média anual poderá aumentar cerca de 1,8° (RCP 4.5) a 2,3°C (RCP 8.5) até 2070 e 1,9°C (RCP 4.5) a 4,1.°C (RCP 8.5) até 2100. Já a precipitação média anual tenderá a diminuir 50 mm (RCP 4.5) a 34 mm (RCP 8.5) até 2070 e 15 mm (RCP 4.5) a 33 mm (RCP 8.5) até 2100, sendo ainda notória uma tendência de concentração da precipitação para o período de inverno.

Esta cenarização permite concluir pelo agravamento da situação de referência, especialmente no que se refere às temperaturas elevadas, ondas de calor e alterações no padrão de precipitação, acentuando o potencial impacte de incêndios e secas num território que tem já elevada exposição a este tipo de fenómenos.

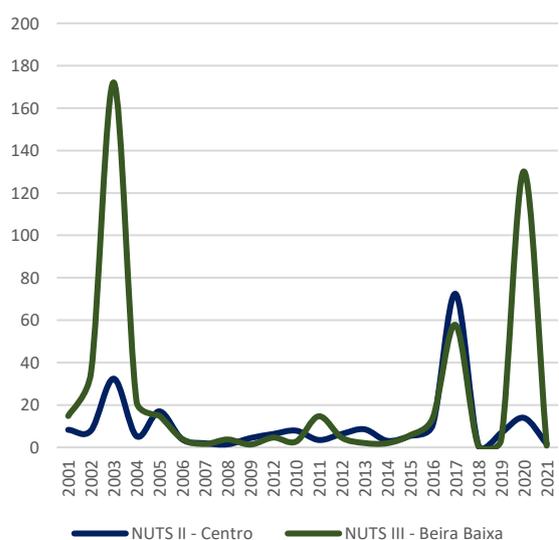


Figura 4. Superfície média ardida (ha), na região Centro e sub-região da Beira Baixa, entre 2001 e 2021 (INE)

Variável climática (valor anual)	Atual	RCP 4.5		RCP 8.5	
		2041-2070	2071-2100	2041-2070	2071-2100
Temperatura média (° C)	12,7	+1,8	+1,9	+2,3	+4,1
Temperatura máxima (° C)	18,8	+1,7	+1,8	+2,3	+4,0
N.º médio de dias de verão	92	+24	+24	+33	+54
N.º médio de dias em onda de calor	5	+5	+5	+1	+16
N.º médio de noites tropicais	2	+7	+6	+13	+36
Precipitação média (mm)	747	-50	-15	-34	-33
N.º médio de dias de chuva	97	-10	-8	-11	-14

Quadro 2. Cenarização climática de algumas variáveis climáticas, para a Beira Baixa, no cenário RCP 4.5 e RCP 8.5, para os horizontes temporais 2070 e 2100 (PIAAC-BB)

### Aspetos chave

- Acentuar dos extremos climáticos, especialmente ao nível das temperaturas máximas, com particular impacte durante o período de Verão;
- Alteração no padrão de precipitação com potencial redução da disponibilidade hídrica e maior pressão sobre os sistemas de armazenamento e abastecimento de água;
- Agravamento das condições de risco para incêndios rurais e secas e aumento do seu potencial destrutivo e disruptivo;
- Insuficiente capacidade de retenção e armazenamento de água para assegurar um fornecimento contínuo aos vários tipos de usos e necessidades.

## 2.6\_Desafio da conectividade: Insuficiência das redes de comunicação digital e física

### Contexto

A extensão territorial da sub-região da Beira Baixa encerra um desafio acrescido de acessibilidade digital e física. Para a complexidade desta situação concorre também o processo de deslocalização de serviços públicos fundamentais e a desmaterialização do acesso.

Verifica-se que várias áreas do território da Beira Baixa não têm acesso a redes fixas de alta velocidade. De acordo com dados de 2018 da ANACOM, das 59 freguesias que constituem a sub-região, 31 têm menos de 1% dos seus alojamentos cablados para acesso a redes NGA (*next generation access*). Nestas incluem-se freguesias com expressão demográfica, social e económica relevante, de que é exemplo Vila Velha de Ródão. Do total de freguesias, apenas 21 tinham 50% ou mais dos alojamentos com acesso a este tipo de redes.

Por outro lado, a rede rodoviária continua a ter um papel fundamental na satisfação das necessidades da população, especialmente pela necessidade de aceder às várias sedes de concelho. Neste âmbito destaca-se o estado de degradação de algumas vias estruturantes que são fundamentais para a conectividade de municípios mais periféricos a Castelo Branco, de que é exemplo o concelho de Oleiros.

Esta situação coloca um entrave no acesso a serviços públicos essenciais, especialmente àqueles com maior grau de diferenciação, como a saúde. Note-se ainda que a deslocação rodoviária é a única forma de deslocação disponível na área poente da sub-região. Por outro lado, o IC31 continua por concretizar, sendo que se constitui como um eixo viário estruturante para a região Centro e a Beira Baixa em particular.

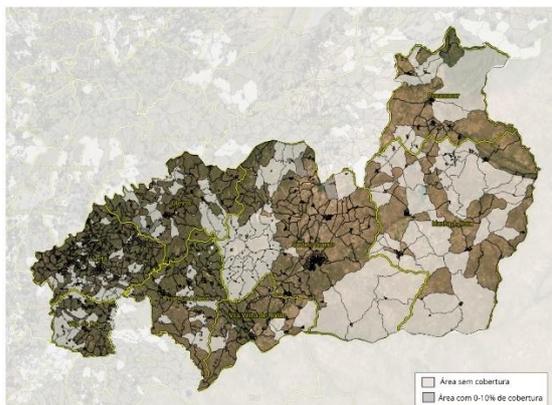


Figura 5. Áreas da Beira Baixa sem cobertura da rede de fibra ótica, em 2022 (ANACOM)

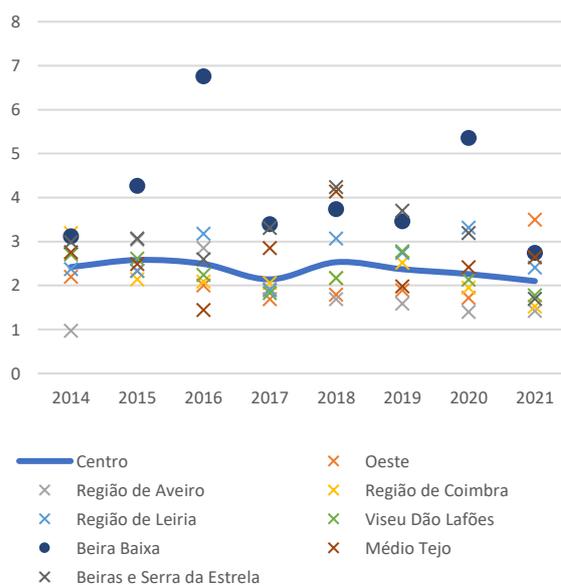


Figura 6. Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas, nas sub-regiões do Centro, entre 2014 e 2021 (INE)

### Aspetos chave

- Transição digital dos serviços públicos online sem o necessário acompanhamento ao nível da disponibilização de acesso a redes digitais rápidas;
- Vastas áreas do território da sub-região sem acesso ou com reduzido acesso à rede de fibra ótica, o que aumenta o potencial de exclusão digital e reduz o seu potencial de atratividade;
- Territórios mais periféricos servidos por vias rodoviárias com baixo nível de qualificação, afetando a distância temporal às principais áreas de localização de serviços com maior nível de diferenciação.

## 2.7\_Potencial dos recursos naturais, culturais e paisagísticos com potencial estruturador

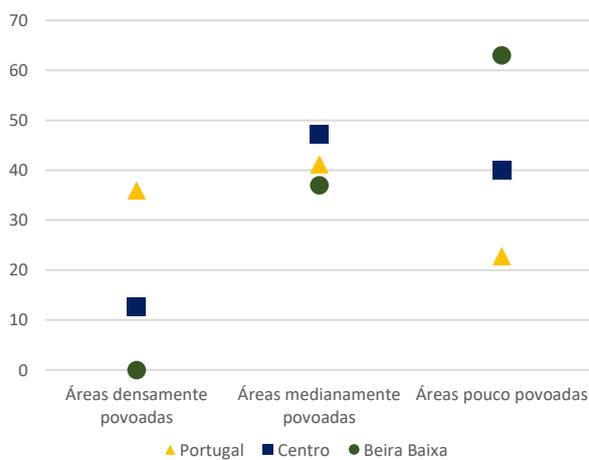
### Contexto

A extensão e diversidade territorial da Beira Baixa encontram-se refletidas num mosaico territorial bastante rico, onde se encontram recursos territoriais naturais, culturais e paisagísticos com elevado nível de diferenciação e potencial de atração. Estes recursos têm o potencial para ancorar estratégias de desenvolvimento regional que, a partir do aprofundamento da atividade turística, podem vir a estimular várias dimensões económicas estruturantes para a Beira Baixa.

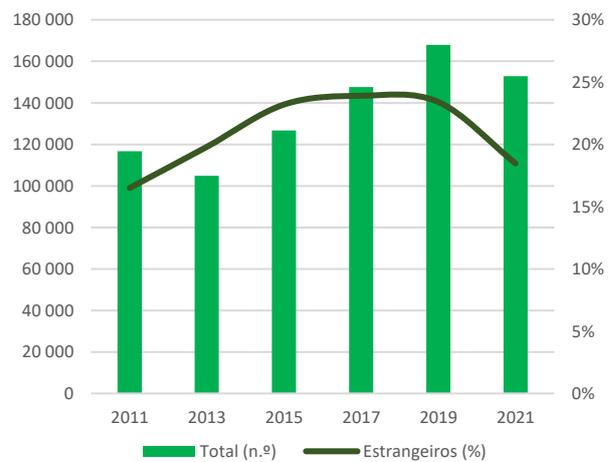
Neste âmbito, existem na Beira Baixa 26.462 ha situados em área de Parque Natural (Tejo Internacional), 11.944 ha em Reserva Natural (Serra da Malcata), 2.466 ha em Paisagem Protegida de Âmbito Regional (Serra da Gardunha) e 450 ha em Monumentos Naturais (Portas de Ródão). Existem ainda Sítios de Importância Comunitária (SIC) na Serra da Gardunha, Serra da Malcata e Zonas de Proteção Especial no Tejo Internacional, Erges e Pônsul e ainda na Serra da Malcata. Merecem também destaque os 169.201 ha da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo / Tajo Internacional (RBTTTI) e os 404.000 ha do Geopark Naturtejo (já sem considerar a área pertencente ao concelho de Nisa). Note-se também a existência de aldeias integradas nas redes de Aldeias Históricas e Aldeias do Xisto.

A extensão e diversidade de recursos territoriais em causa está em linha com a crescente procura do turismo ativo e de natureza em contextos de menor massificação, especialmente após a pandemia COVID-19.

Por outro lado, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de consolidação da identidade turística da região por parte da CIMBB, através da valorização de produtos locais e de alguns eventos. Isto alia-se ao facto de a generalidade dos municípios da Beira Baixa dispor de equipamentos culturais e de lazer que podem ser mobilizados para a consolidação de uma marca e imagem turística de referência nacional. A este cenário acrescem ainda recursos endógenos com potencial diferenciador, como aqueles relacionados com a indústria agroalimentar e florestal.



**Figura 7. Distribuição da capacidade de alojamento (%) por grau de urbanização em Portugal, no Centro e na Beira Baixa, em 2021 (INE)**



**Figura 8. Total de dormidas (n.º) e percentagem de dormidas de estrangeiros (%) na Beira Baixa, entre 2011 e 2021 (INE)**

<b>Aspetos chave</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recursos territoriais de tipologia variada e com forte potencial de mobilização para o fenómeno turístico;</li><li>• Bom enquadramento dos recursos territoriais com as procuras de turismo ativo e de natureza, num contexto de crescente valorização dos segmentos de nicho e de menor massificação;</li><li>• Processo de afirmação identitária e de articulação dos produtos turísticos com um percurso de consolidação já iniciado;</li><li>• Recursos endógenos culturais e patrimoniais com bom potencial de articulação com setores de atividade económica estruturantes para a sub-região (agroindústria e floresta).</li></ul>
----------------------	--

## 2.8\_Potencial de consolidação e afirmação da agroindústria

### Contexto

O mosaico territorial da Beira Baixa caracteriza-se pela disponibilidade de vastas áreas cujo perfil de ocupação é eminentemente agrícola, caracterizado pelo predomínio de usos não intensivos. Esta disponibilidade territorial proporciona condições vantajosas para métodos de produção particularmente exigentes em espaço, de que é exemplo a agricultura ou pecuária extensiva.

Esta forma de aproveitamento territorial encontra paralelo na matriz identitária económica e cultural local e sub-regional, já que vários dos principais produtos agroalimentar endógenos de reconhecida qualidade, estão relacionados com formas de ocupação do solo de tipologia extensiva.

A articulação dos vários produtos agroalimentares, alguns já amplamente consolidados, como o queijo ou o azeite, e outros em fase de afirmação, como o vinho ou a carne, resulta uma oportunidade de diferenciação e afirmação da agroindústria, que pode também surgir em harmonia com os métodos de produção biológica.

Assinala-se também o potencial de conexão destas formas de atividade económica à atividade turística, permitindo a qualificação e valorização de produtos turísticos sub-regionais através da paisagem identitária e cultural da Beira Baixa, reforçando a sua autenticidade e singularidade.

Por outro lado, estas formas de atividade económica, principalmente assentes em espécies vegetais e animais autóctones, apresentam maior capacidade adaptativa no atual contexto de alterações climáticas, ainda que seja necessário garantir uma disponibilidade permanente de água para as mesmas.

Finalmente, importa assinalar a existência e funcionamento de vários equipamentos de referência neste domínio e que têm contribuído para a promoção de investimentos na região, como o CATAA, o Food4Sustainability Colab, o Centro Logístico Agroalimentar, a Incubadora de Base Rural ou Centro de Ciência Viva da Floresta.

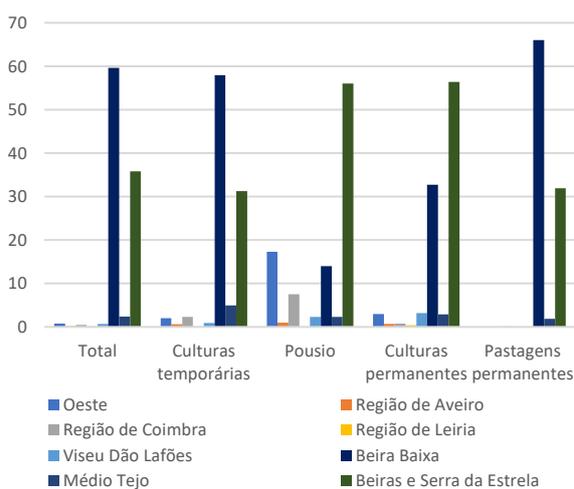


Figura 9. Proporção da superfície em produção de agricultura biológica e tipo de culturas nas explorações agrícolas (% do total da região Centro) nas sub-regiões do Centro, em 2019 (INE)

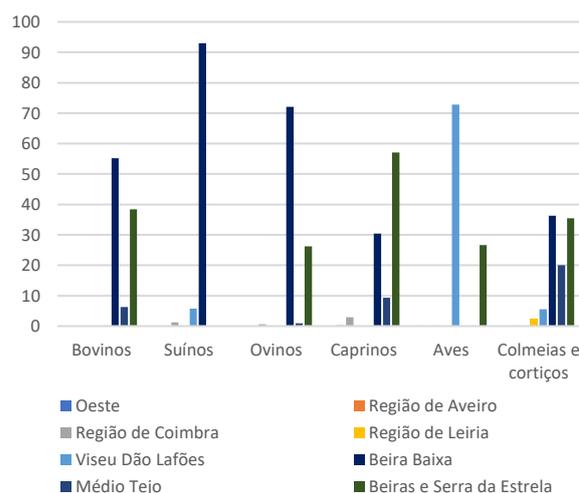


Figura 10. Proporção do efetivo animal das explorações agrícolas em modo de produção biológico (% do total da Região Centro), nas sub-regiões do Centro, em 2019 (INE)

### Aspetos chave

- Harmonia entre as dimensões da disponibilidade e qualidade do território com a produção agrícola e animal em regime extensivo e biológico;
- Forte ligação entre as formas e processos agroindustriais e biológicos e o coletivo identitário e cultural da sub-região da Beira Baixa, beneficiando de elevada aceitação social;
- Elevado potencial de articulação e valorização de atividades económicas conexas, nomeadamente, com o turismo, onde se verificam boa potencialidade sinérgicas e de individualização e valorização dos produtos turísticos endógenos através da agroindústria.

## 2.9\_Potencial de uma posição estratégica no contexto ibérico

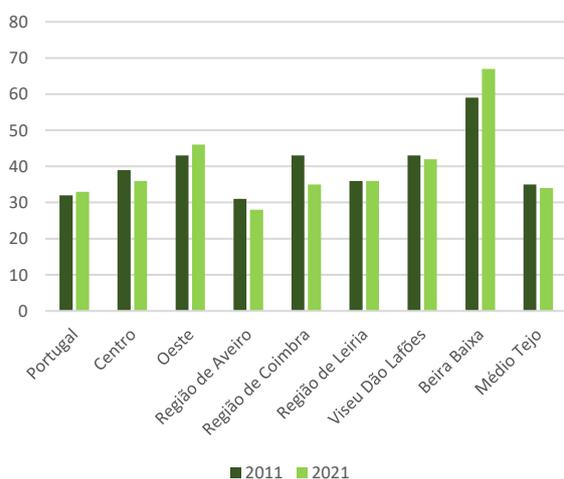
### Contexto

A região da Beira Baixa ocupa uma posição de alguma excentricidade face aos principais centros económicos, sociais e demográficos nacionais, nomeadamente, Lisboa e Porto. A mesma situação verifica-se, ainda que em menor escala, ao nível regional, considerando a distância relativa a Coimbra. Esta situação é acentuada pela insuficiência de algumas vias de ligação rodoviárias (IC8) e a reduzida articulação da rede ferroviária (Linha da Beira Baixa) na sub-região.

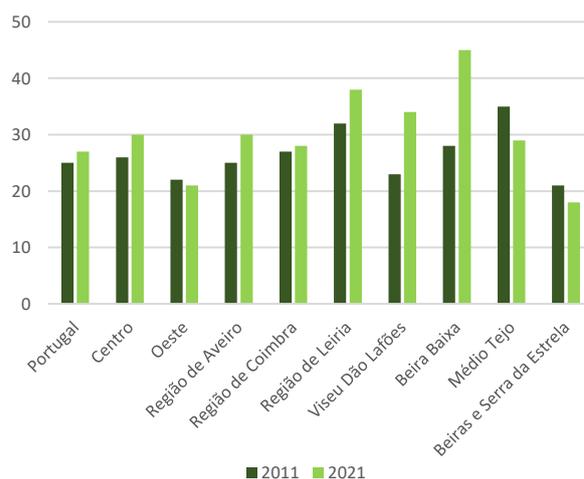
No entanto, se considerado o território raiano, a Beira Baixa situa-se num eixo de articulação transfronteiriço dinâmico, onde se posicionam várias cidades da Extremadura espanhola com as quais se têm vindo a estabelecer relações sinérgicas ao longo do tempo. Esta situação encontra reflexo nos processos colaborativos que deram origem à Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo / Tajo Internacional, e a outros projetos desenvolvidos no âmbito dos mecanismos de cooperação territorial europeia de iniciativa económica e social.

A articulação e cooperação com áreas transfronteiriças e territorialmente contíguas pode promover a coesão e internacionalização, atenuando alguns efeitos da baixa densidade, e partilhando soluções e abordagens a problemas semelhantes.

Neste contexto, é fundamental robustecer os mecanismos de cooperação existentes e reforçar as iniciativas já instituídas, procurando afirmar a Beira Baixa e regiões contíguas nacionais (Alto Alentejo e Beiras e Serra da Estrela) e espanholas (Extremadura) para aumentar a capacidade de reivindicação e a importância relativa.



**Figura 11. Proporção de importações de bens de Espanha (%) em Portugal, na região Centro e nas sub-regiões do Centro, em 2011 e 2021 (INE)**



**Figura 12. Proporção de exportações de bens para Espanha (%) em Portugal, na região Centro e nas sub-regiões do Centro, em 2011 e 2021 (INE)**

### Aspetos chave

- Potencial de articulação transfronteiriça consolidado e já com alguma presença no dinamismo social, económico, cultural e recreativo das localidades da Beira Baixa;
- Desenvolvimento histórico de iniciativas de cooperação transfronteiriça que proporcionam um quadro favorável para o aprofundamento de articulações e sinergias;
- Disponibilidade de mecanismos de financiamento comunitário para o desenvolvimento de projetos e iniciativas de carácter transfronteiriço.

## 2.10\_Potencial de um sistema urbano policêntrico com expressão regional

<b>Contexto</b>	<p>A comunidade intermunicipal da Beira Baixa integra um conjunto de municípios que tem um relacionamento histórico de grande proximidade. Ainda que se identifiquem algumas características económicas, sociais e geográficas diferenciadas, o nível de articulação e sinergia territorial tem vindo a contribuir para a consolidação de um sistema urbano policêntrico.</p>
	<p>Este sistema é encabeçado por Castelo Branco, que pela sua posição relativa central, é ponto de articulação estruturante para os vários territórios da sub-região. De acordo com dados da proposta do Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro, a distância temporal entre as várias sedes de concelho e Castelo Branco é sempre inferior a 60 minutos. Não obstante, é necessário assegurar que os eixos viários estruturantes se mantêm em bom estado de conservação e segurança, para garantir a manutenção deste potencial de articulação funcional.</p>
	<p>Por outro lado, e apesar da centralidade relativa de Castelo Branco, as demais sedes de concelho têm vindo a reforçar a sua complementaridade com os territórios imediatos e a assumir posições de destaque em certas áreas de atividade económica, destacando-se a indústria do papel, em Vila Velha de Ródão que, pelas suas características, assume o formato de cluster económico sectorial.</p>
	<p>Desta forma, e não obstante a forte ligação histórica e cultural entre os lugares, ocorreu uma afirmação das várias sedes de concelho da Beira Baixa em várias áreas da atividade económica, o que contribuiu para o reforço da posição de articulação da Beira Baixa ao nível da região Centro.</p>

	Total	Na freguesia onde reside	No município	Castelo Branco	Idanha-a-Nova	Oleiros	Penamacor	Proença-a-Nova	Vila Velha de Ródão	Sertã	Vila de Rei	Fora da Beira Baixa
Castelo Branco	26512	71,8%	18,0%		2,1%	0,4%	0,6%	0,6%	1,4%	0,2%	0,0%	4,7%
Idanha-a-Nova	2892	60,6%	20,2%	12,8%		0,6%	1,1%	0,8%	0,2%	0,2%	0,0%	3,5%
Oleiros	1659	60,9%	16,2%	8,4%	1,6%		1,0%	1,0%	0,5%	3,1%	0,0%	7,4%
Penamacor	1521	46,4%	27,2%	11,4%	4,6%	1,2%		1,0%	0,5%	0,1%	0,0%	7,7%
Proença-a-Nova	2724	60,3%	12,7%	8,3%	1,1%	1,0%	0,6%		4,3%	3,9%	0,2%	7,7%
Vila Velha de Ródão	1189	61,6%	15,1%	16,8%	1,0%	0,7%	0,4%	0,9%		0,3%	0,0%	3,2%
Sertã	6432	55,0%	25,0%	0,8%	0,2%	0,8%	0,0%	1,4%	0,1%		1,3%	15,5%
Vila de Rei	1321	64,9%	8,8%	0,5%	0,5%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	4,1%		20,9%

**Quadro 3. População empregada ou estudante (n.º) por local de trabalho ou estudo (%), INE (2021)**

<b>Aspetos chave</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade de Castelo Branco consensualmente aceite enquanto principal ponto focal da sub-região;</li> <li>• Elevado nível de articulação funcional entre os vários lugares da sub-região, notório em níveis pendulares residência - emprego com alguma expressão;</li> <li>• Afirmação regional e nacional de algumas sedes de concelho em setores de atividade económica que conferem à Beira Baixa uma expressão relevante no contexto da região Centro e do país;</li> <li>• Necessidade de reforço do sistema de saúde na sub-região da Beira Baixa.</li> </ul>
----------------------	---

Página propositadamente deixada em branco



Página propositadamente deixada em branco

## 3\_Estratégia Beira Baixa 2030

### 3.1\_Visão estratégica

A definição de uma visão estratégica a Beira Baixa tendo como horizonte 2030 resulta de uma abordagem consensualizada entre todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento regional, com natural destaque para os municípios que integram a sub-região. Por outro lado, a atual visão beneficia do processo de reavaliação à anterior Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), procurando acentuar a ligação entre o exercício de diagnóstico e os objetivos a alcançar no quadro de financiamento 2021-2027.

Parte também da identificação dos principais desafios e potencialidades com que a região se deparará num horizonte temporal correspondente ao AP até 2030 e que por esse motivo se constituem como âmbito de atuação e afirmação territorial, social, económica e cultural.

**Figura 13. Visão estratégica para a Beira Baixa 2030**



Fonte: CIMBB (2023)

Neste contexto, a visão estratégica para a Beira Baixa preconiza que, em 2030, esta sub-região seja um espaço plenamente ligado à Europa, com destaque para as relações transfronteiriças, que podem potenciar a dinâmica socioeconómica, cultural e empresarial já existente. A relação transfronteiriça tem vindo a ser um pilar estratégico do desenvolvimento deste território, sendo necessário acelerar e explorar as relações de complementaridade, desde logo com a Região da Extremadura e, num momento posterior, com toda a Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura (EURO-ACE).

Os desafios comuns que estes territórios enfrentam, nas questões da competitividade económica, da transição demográfica e das alterações climáticas são oportunidades para aprofundar os caminhos conjuntos, na valorização do património natural comum, como o Tejo Internacional, ou do património cultural e construído, criando e dinamizando rotas e produtos turísticos transfronteiriços. Também no quadro da valorização dos produtos agroalimentares existem, desafios e oportunidades conjuntas que poderão ser trabalhadas.

Os recursos patrimoniais, naturais e culturais são a base da especialização produtiva da Beira Baixa. Em torno destes recursos tem-se desenvolvido a base económica local e feito a aposta na I&D ao longo do período 2014-2020. A aposta nesta especialização deve não só continuar, como ser intensificada, potenciando-se ao mesmo tempo a integração em cadeias de valor, como é o caso da agroindústria e do turismo (por exemplo, através do desenvolvimento da Beira Baixa como um destino alimentar, apoiado por uma restauração diferenciada e por eventos relacionados com os produtos endógenos), da floresta e do turismo (por exemplo, através da promoção da Beira Baixa como um destino único ao nível do património natural, tendo por base o Tejo Internacional, o Geopark Naturtejo, a Reserva Natural da Serra da Malcata e as albufeiras de Cabril e Castelo de Bode, e da criação de condições únicas para a fruição e descoberta deste territórios e destes recursos), ou da floresta e do agroalimentar (por exemplo, da dinamização dos produtores agropecuários de ovinos e caprinos e da utilização dos rebanhos de “cabras sapadoras” na prevenção de incêndios).

O desenvolvimento económico e social deste território terá de passar, obrigatoriamente, pelo reforço e qualificação da rede de aglomerações urbanas principais, definida por um sistema policêntrico, estruturado por Castelo Branco e do qual fazem parte as demais cinco sedes de concelho.

Esta rede urbana é estruturante para a provisão de serviços de apoio à economia (do acolhimento empresarial à I&D&I) e para a provisão de serviços de interesse geral (saúde, educação, apoio social, emprego e formação, entre outros).

Assegurar a atratividade e qualificação desta rede de pólos urbanos, mantendo o sistema policêntrico é fundamental para garantir capacidade de resposta para a atração e fixar população, especialmente com os níveis de qualificação e capacidade empreendedora que a visão de desenvolvimento económico exigem.

Finalmente, a visão para 2030 é de uma Beira Baixa competitivamente conectada, superando-se os estrangulamentos que afetam este território. Desde logo ao nível da conectividade física, onde pese embora a importância da A23 como eixo estruturante, permanecem por superar problemas de conectividade intrarregional, com especial ênfase na área do Pinhal Interior, ou de conectividade transfronteiriça, pelo persistente adiamento na construção do IC31 (Castelo Branco – Termas de Monfortinho). Por outro lado, subsistem ainda insuficiências no próprio acesso à A23, designadamente em Penamacor, o que impede a concretização plena do potencial de conectividade deste eixo.

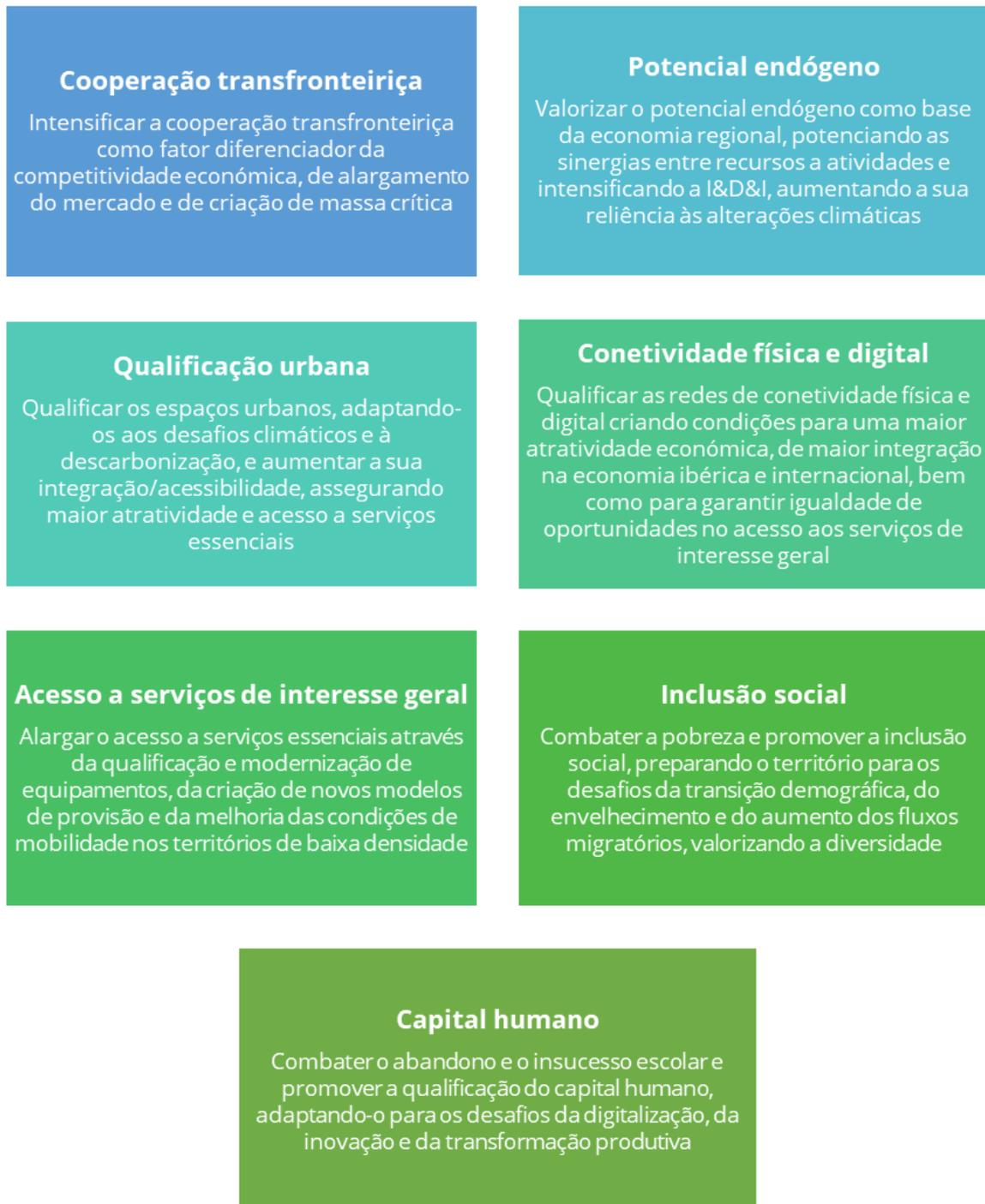
Igualmente indispensável é a necessidade de garantir condições de conectividade digital que facilitem as dinâmicas de digitalização da economia e da sociedade. As carências de cobertura das redes de fibra ótica e das redes móveis são particularmente severas nas freguesias rurais, por sinal aquelas onde a criação de condições de acesso a serviços de saúde remotos e fixação de população são mais prementes.

## 3.2\_Objetivos estratégicos

A definição dos eixos estratégicos para o desenvolvimento territorial da Beira Baixa advém da concretização da visão estratégica e da articulação com as potencialidades e oportunidades identificadas em sede de diagnóstico, além da necessidade de atenuar constrangimentos e ameaças a esse processo.

Desta forma, foram identificados sete objetivos estratégicos, apresentados na figura seguinte:

**Figura 14. Objetivos estratégicos da Beira Baixa 2030**



Fonte: CIMBB (2023)

Estes objetivos estratégicos alcançam um conjunto de domínios estruturantes para o desenvolvimento da Beira Baixa, nomeadamente, a cooperação transfronteiriça, a valorização e concretização do potencial dos recursos endógenos, a qualificação e integração de espaços urbanos de referência, a qualificação das redes físicas e digitais de conectividade, a promoção do capital humano, a inclusão social e o acesso a serviços.

Estes objetivos permitem ainda estabelecer uma lógica de continuidade com a estratégia anterior, procurando dar sequência a um conjunto de investimentos estruturantes que têm vindo a ser realizados na promoção e singularização da identidade territorial e cultural da Beira Baixa, suportados na diferenciação qualitativa dos recursos próprios, que vão desde o turismo à afirmação das cadeias de valor do agroalimentar.

Concretiza-se assim uma renovada ambição de promoção do desenvolvimento social e económico da Beira Baixa, enquanto se procuram suprimir constrangimentos que afetam fortemente os resultados a alcançar, com destaque para as insuficiências das redes de comunicação digital e rodoviária. Ao passo que a conectividade digital é particularmente relevante dado o processo de desmaterialização processual, no setor público e privado, sendo fundamental garantir um acesso fiável à internet, a estruturação territorial carece das necessárias articulações físicas que, no caso da Beira Baixa, estão principalmente suportadas na rodovia. Note-se que apenas os concelhos de Castelo Branco e de Vila Velha de Ródão estão ligadas por linha férrea.

O suprimento destes constrangimentos é um passo fundamental para a concretização da visão e demais objetivos estratégicos, posicionando a Beira Baixa como uma região preparada para enfrentar os principais desafios que se lhe colocam num horizonte temporal já não distante.

Efetivamente, a estratégia para a Beira Baixa procurará não apenas abordar as problemáticas atuais deste território, mas também dar resposta aos desafios emergentes que, num futuro próximo, terão impacto relevante sobre a sub-região, nomeadamente nas suas dimensões económica, social e ambiental.

**Figura 15. Transições desafiantes para a Beira Baixa 2030**



Fonte: CIMBB (2023)

### 3.3\_Domínios estratégicos

A estruturação da estratégia de desenvolvimento em eixos de atuação visa otimizar os vários mecanismos de financiamento e desenvolvimento territorial, uma vez que, para além de contribuir para uma abordagem integrada, favorece o estabelecimento de sinergias e oportunidades de intervenção mais polivalentes.

**Figura 16. Domínios estratégico Beira Baixa 2030**



Fonte:

CIMBB (2023)

Mais uma vez, os eixos de atuação do processo de revisitação à EIDT Beira Baixa 2020, desempenharam um importante papel na estruturação da atual configuração estratégica, tendo-se procedido a algumas atualizações e ao reforço do potencial sinérgico.

Estas alterações justificam-se, principalmente, com a ocorrência de eventos disruptivos que vieram alterar alguns parâmetros de referência económica e social, de que é exemplo a pandemia COVID-19, bem como os impactes da invasão da Ucrânia. Também a necessidade de garantir a adesão do Plano de Ação à estruturação do quadro de financiamento comunitário contribuiu para algumas das alterações verificadas.

A concretização do Plano de Ação terá em conta estes domínios, privilegiando abordagens sinérgicas e projetos que tenham uma amplitude de impacte que abranjam, sempre que possível, impactes positivos em mais que um domínio, maximizando as hipóteses de financiamento e os resultados potenciais e expectáveis.

### 3.4\_Co-benefícios da abordagem Beira Baixa 2030

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) definidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), constituem-se como elementos de referência fundamental para qualquer processo de desenvolvimento. Por este motivo, foi desenvolvida uma análise de co-benefícios entre os eixos da Estratégia e os ODS, ilustrada no quadro abaixo. Neste âmbito merecem destaque as relações de benefício estabelecidas, não se tendo identificado qualquer caso de relação com prejuízo entre os eixos e os ODS.

**Quadro 4. Co-benefícios entre os domínios da estratégia, as vulnerabilidades prioritárias e os ODS**

Domínios de atuação	Vulnerabilidades			Relação com ODS																
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Acesso a Serviços de Interesse Geral	•	•	+	+	•	+	+	•	•	•	•	•	+	+	•	•	•	•	+	+
Capital Humano	+	•	+	+	•	+	+	•	•	•	+	+	+	•	•	•	•	•	•	+
Conetividade Física e Digital	+	•	+	•	•	+	+	•	•	•	+	+	+	•	•	+	•	•	+	•
Cooperação transfronteiriça	+	•	+	+	•	•	•	•	•	•	+	+	•	•	+	•	•	+	•	+
Inclusão social	•	•	+	+	+	•	•	+	•	•	•	•	+	•	•	•	•	•	+	•
Potencial endógeno	+	+	+	+	•	•	•	•	•	•	+	+	•	•	+	•	•	+	•	•
Qualificação urbana	•	+	+	+	•	+	•	•	+	+	+	+	•	+	•	+	•	+	•	•

Legenda:

**Relação com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

- 1 Erradicar a pobreza
- 2 Erradicar a fome
- 3 Acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar
- 4 Acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa
- 5 Igualdade de género
- 6 Disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento
- 7 Energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos
- 8 Crescimento económico inclusivo e sustentável
- 9 Infraestruturas resilientes, industrialização inclusiva e sustentável e inovação
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
- 12 Consumo e de produção sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Conservar os oceanos
- 15 Proteger ecossistemas terrestres
- 16 Instituições eficazes, responsáveis e inclusivas
- 17 Parcerias para o desenvolvimento sustentável

**Vulnerabilidades prioritárias**

-  Vulnerabilidade rural
-  Vulnerabilidade climática
-  Vulnerabilidade social

**Tipos de relações**

- + Com benefícios |- Com prejuízos |- Sem evidências / Mistas |

Fonte: CIMBB (2023)

### 3.5\_Áreas de especialização produtiva

A identificação de áreas de especialização produtiva tem como objetivo principal assinalar os setores de atividade económica com maior potencial de crescimento e competitividade numa determinada região em função das suas características.

Essa abordagem baseia-se na ideia de que a concentração de recursos e de esforços em áreas específicas pode originar maiores ganhos de eficiência e de produtividade, além de promover um desenvolvimento económico mais sustentável.

A identificação dos setores de especialização envolve a análise de uma série de fatores, como as capacidades e os recursos disponíveis, as tendências de mercado e as necessidades do setor empresarial. Com base nesses dados, são selecionados os setores com maior potencial de crescimento e de inovação, que deverão receber incentivos e investimentos específicos para aumentar a sua competitividade e impulsionar o desenvolvimento económico regional.

A EIDT da Beira Baixa 2014-2020, tendo como pano de fundo a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) da Região Centro 2014-2020, identificou três áreas de especialização prioritárias para a Beira Baixa: a agroindústria, a floresta e o turismo.

A evolução sub-regional e regional verificada nos últimos nove anos confirmam que estas continuam a ser as áreas que deverão merecer uma aposta diferenciada. Acresce que não só não concorrem entre si, como apresentam elevados níveis de complementaridade e potencial de articulação, pelo que a valorização de cada uma delas poderá ter impactes positivos, diretos e indiretos, na afirmação das demais.

Note-se também que a dinâmica global observada ao nível do desenvolvimento tecnológico e da inovação, enquadrada na Indústria 4.0, veio reforçar as oportunidades de valorização destas áreas de especialização, contribuindo também para a sua atualidade e relevância.

**Figura 17. Áreas de especialização da Beira Baixa 2030**



CIMBB (2023)

Fonte:

## Agroindústria

A agroindústria na Beira Baixa é de grande importância para os setores primário e secundário, com a existência de empresas e unidades de I&D&I a montante e a jusante do setor (por exemplo, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), INOVCLUSTER, Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar (CATAA), Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ), *Foo4Sustainability* CoLAB, Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro, etc.) bem como de espaços de suporte à dinâmica empresarial (Incubadora de Base Rural de Idanha-a-Nova, Centro de Empresas Inovadoras).

A agroindústria inclui o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas em bens alimentares ou bebidas e a sua disponibilização ao consumidor final, abrangendo atividades tão distintas como a agricultura, a silvicultura, a indústria de alimentos e bebidas e a distribuição.

Os principais produtos agroalimentares da Beira Baixa são no sector da pecuária (carne, enchidos, leite, queijo e produtos lácteos); no setor da agricultura (hortícolas, plantas e frutas); setor oleícola (azeite) e o setor da apicultura.

### Avaliação da concretização dos objetivos específicos 2014 – 2020

Objetivos específicos	Nível de concretização	Pertinência futura
Criar uma marca/imagem Beira Baixa para os produtos agroalimentares, conferindo um símbolo de qualidade e diferenciação	↗	● ● ●
Garantir o apoio à produção e à valorização do produto agroalimentar	→	● ● ●
Criar redes de transferência e valorização do conhecimento entre instituições de ensino locais e externas (potenciar a localização na raia ibérica)	→	● ● ●
Promover a I&D&I aplicada a novos produtos e processos que valorizem e diferenciem o setor agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa e aumentem os benefícios para produtores e consumidores	↘	● ● ●
Potenciar a existência do CATAA e do INOVCLUSTER como catalisadores de investigação, desenvolvimento e inovação nos setores agroalimentar e agroindustrial da Beira Baixa	→	● ● ●
Criar uma rede de comercialização nacional e internacional dos produtos agroalimentares regionais	↘	● ●
Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais com apoio nas instituições (InovCluster, IPCB) existentes na Região	↘	● ●



### Impacte de tendências setoriais emergentes

Tendências setoriais	Impactes para a região
• <b>Sustentabilidade</b> - Os consumidores estão cada vez mais preocupados e atentos à sustentabilidade e à pegada de carbono dos alimentos que consomem.	↑
• <b>Alimentos orgânicos/biológicos</b> - A procura por alimentos produzidos de forma orgânica/biológica está a crescer ao nível mundial, dado que os consumidores procuram opções mais saudáveis e naturais.	↑
• <b>Tecnologia alimentar</b> - A integração de tecnologia no setor agroindustrial tem vindo a aumentar para melhorar a eficiência da produção agrícola e alimentar, desde <i>drones</i> para monitorizar plantações, utilização de tecnologia <i>blockchain</i> para rastreamento, até à utilização de aplicativos que aproximam produtores e consumidores.	↑
• <b>Alimentos à base de plantas</b> - A tendência crescente de consumir alimentos à base de plantas está a impulsionar a inovação na geração de alternativas à carne, laticínios e ovos.	↗
• <b>Agricultura urbana</b> - A agricultura urbana tem vindo a desenvolver-se de forma significativa, permitindo que os alimentos sejam cultivados no interior dos espaços urbanos, reduzindo a necessidade de transporte de alimentos de áreas rurais.	→
• <b>Personalização</b> - Os consumidores procuram cada vez mais alimentos que se adaptem às suas necessidades individuais de saúde e bem-estar, incluindo alimentos sem glúten, sem lactose ou com baixo teor de açúcar.	↗



## Floresta

A fileira florestal apresenta-se com crescente potencial económico na Beira Baixa, dada a multiplicidade de subsectores em que tem impacto, nomeadamente no turismo, energia, indústria transformadora, agroalimentar e pasta de papel.

Assume por isso uma evidente importância económica, mas também social (geradora de emprego em zonas rurais) e em termos ambientais (regulação do sistema hídrico, preservação de solo e proteção microclimática). Por outro lado, as Indústrias de Base Florestal contribuem significativamente para a criação de valor e para o Produto Interno Bruto (PIB), sendo que as políticas setoriais para estas indústrias são estratégicas para o desenvolvimento da Beira Baixa.

### Avaliação da concretização dos objetivos específicos 2014 - 2020

Objetivos específicos	Nível de concretização	Pertinência futura
Promover a valorização da floresta com definição de propostas de prevenção de riscos e propostas relativas à capacidade regional no mercado do carbono, certificação florestal, zonas de intervenção florestal (ZIF), aproveitamento da biomassa, zonas de caça, desenvolvimento da silvo-pastorícia e valorização do ecossistema florestal	➔	● ● ●
Promover a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal	➔	● ●
Apostar na gestão e valorização da floresta através da sua certificação e exploração da biomassa para fins energéticos, procurando o envolvimento ativo dos proprietários florestais	➡	● ●
Criar planos para o sequestro de carbono e aferir as oportunidades do mercado de carbono para a Região da Beira Baixa	➡	● ● ●
Promover a cinegética responsável, valorizando o potencial das tecnologias de informação e eletrónica para a sua correta promoção e gestão (sistema de vigilância, mobilidade dos praticantes, etc.)	➔	● ●
Desenvolver o cadastro florestal de forma contínua a toda a Região	➔	● ● ●
Proceder à reflorestação tendo em consideração a diversidade de fins da floresta, incluindo a valorização energética e material, o enquadramento paisagístico e o contributo ecológico	➔	● ● ●
Promover a diversificação das espécies florestais, especialmente no contexto das explorações florestais	➡	● ● ●
Garantir a existência de estratégias de monitorização e prevenção de riscos	➔	● ● ●
Participar em projetos internacionais de exploração da floresta com propósitos ou processos inovadores	➔	● ●

Legenda

Nível de concretização					Pertinência futura		
↓	↘	➔	↗	↑	●	● ●	● ● ●
Nenhum	Baixo	Médio	Elevado	Total	Menor	Estável	Crescente

### Impacte de tendências setoriais emergentes

Tendências setoriais	Impactes para a região
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aumento da procura por produtos florestais sustentáveis</b> - Com o aumento da consciência ambiental existem mais consumidores que procuram produtos florestais sustentáveis, como madeira certificada, papel reciclado e produtos de origem florestal com menor pegada de carbono.</li> </ul>	↑
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Investimentos em tecnologias verdes</b> - O setor florestal está a investir em tecnologias verdes, como a bioeconomia, para produzir produtos renováveis a partir de materiais florestais.</li> </ul>	↑
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Restauro ecológico e reflorestação</b> - Devido ao aumento da consciencialização sobre a importância das florestas para o clima e a biodiversidade, mais empresas estão a investir em projetos de restauro ecológico e reflorestação.</li> </ul>	↑
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Digitalização</b> - A digitalização está a transformar o setor florestal, desde a gestão de florestas, passando pela logística e a comercialização de produtos florestais.</li> </ul>	↗
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Colaboração entre empresas e organizações</b> - Empresas e organizações da sociedade civil e ONG têm vindo a colaborar para responder aos desafios do setor florestal, como a gestão sustentável das florestas e o aumento da resiliência a eventos climáticos extremos.</li> </ul>	↑

Legenda: Nível de impacte

↓	↘	➔	↗	↑
Sem impacte	Reduzido	Médio	Elevado	Muito elevado

## Turismo

A valorização e desenvolvimento sustentável dos recursos endógenos enquanto forma de diferenciação e de afirmação identitária constitui uma oportunidade de revitalização para a Beira Baixa. A extensão territorial da sub-região faz com que se encontrem no seu território recursos de tipologia e natureza diversificadas, permitindo potenciar várias formas de procura turística.

A recente reconfiguração das formas de procura turística convencionais, permitiu aumentar a visibilidade e pertinência de recursos e experiências que anteriormente tinham menor expressão. Face a este potencial é necessário garantir a articulação entre a oferta e a procura, salvaguardando os mais elevados princípios de conservação e proteção dos recursos naturais, culturais e identitários.

### Avaliação da concretização dos objetivos específicos 2014 - 2020

Objetivos específicos	Nível de concretização	Pertinência futura
Criar canais de promoção e distribuição do destino Beira Baixa	↗	● ● ●
Apostar em sistemas e produtos com base nas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente a integração em plataformas de grande procura na web e através da disponibilização de uma plataforma regional com conteúdos estruturados de acordo com segmentos de mercado	→	● ● ●
Estruturar a oferta de turismo, pela análise e sistematização de condições de visitação, formação de recursos humanos, roteiros, rede de alojamento, rede de restauração, meios de acessibilidade e mobilidade, focos de comércio tradicional	↗	● ●
Garantir a existência de propostas de valor capazes de diferenciar o produto Turismo, valorizando o ambiente rural e as tradições que devem ser preservadas e valorizada como turismo de experiências	→	● ● ●
Articular os diferentes produtos presentes na Região – Touring – Turismo Cultural, Turismo Natureza, Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos	↗	● ●
Garantir a projeção nacional e internacional como destino, pela comunicação dos produtos existentes	↗	● ●
Criar um programa turístico da Beira Baixa, pela valorização e rentabilização infraestruturas existentes, e pela concertação e criação de dinâmicas que garantam um calendário contínuo de atividades	↗	● ●
Promover projetos transfronteiriços de promoção do património	→	● ● ●
Ter sempre como premissa o princípio do desenvolvimento sustentável, valorizando e respeitando o meio ambiente e o equilíbrio territorial	↗	● ● ●
Encorajar a integração do design nas estratégias empresariais de turismo com apoio nas instituições de ensino superior existentes na Região	↘	● ●
Apoiar a participação em eventos e missões no estrangeiro.	↗	● ●

Legenda

Nível de concretização					Pertinência futura		
↓	↘	→	↗	↑	●	● ●	● ● ●
Nenhum	Baixo	Médio	Elevado	Total	Menor	Estável	Crescente

### Impacte de tendências setoriais emergentes

Tendências setoriais	Impactes para a região
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Turismo sustentável</b> - Os viajantes estão crescentemente conscientes do impacto ambiental e social do turismo. Existe, por isso, uma crescente procura por experiências mais sustentáveis e responsáveis, que reduzam o impacto ambiental e promovam de forma mais evidentes o desenvolvimento das comunidades locais.</li> </ul>	↑
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Turismo de Experiência</b> - Os viajantes procuram cada vez mais experiências autênticas e memoráveis que permitam uma ligação mais profunda com o destino, a sua cultura e a sua história. Isso inclui atividades locais, gastronomia e alojamento em instalações exclusivas.</li> </ul>	↑
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Digital</b> - A tecnologia está a transformar o setor de turismo, tornando mais fácil aos viajantes planejar, reservar e personalizar as suas viagens. A inteligência artificial e outras tecnologias de ponta estão também a ser usadas para melhorar a experiência do visitante e oferecer novas formas de exploração, tanto remotamente como no local.</li> </ul>	↗
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Saúde e Bem-Estar</b> - A pandemia aumentou a consciência sobre a importância da saúde e do bem-estar. Como resultado, o turismo de saúde e bem-estar está a crescer rapidamente, com os viajantes a procurarem destinos que oferecem atividades que promovam a saúde e o bem-estar.</li> </ul>	↗
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Viagens personalizadas</b> - Os viajantes procuram cada vez mais experiências personalizadas e feitas à medida, adaptadas às suas necessidades e preferências.</li> </ul>	↗
<ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Turismo de proximidade</b> - O turismo de proximidade tem-se tornado mais popular, com os viajantes a optarem por destinos mais próximos de casa para evitar longas viagens e reduzir a pegada ambiental.</li> </ul>	↑

Legenda: Nível de impacte

↓	↘	→	↗	↑
Sem impacte	Reduzido	Médio	Elevado	Muito elevado

### 3.6\_ Projetos âncora nacionais

O desenvolvimento de um plano de ação que determina a política de investimentos a realizar ao nível intermunicipal pressupõe vários níveis de articulação interinstitucional, incluindo de nível local, regional e nacional.

O conjunto de competências e responsabilidades atualmente assumidas por municípios e comunidades intermunicipais obriga a uma abordagem integrada, vocacionada para a satisfação das necessidades imediatas dos seus cidadãos em áreas diversas, que vão desde a promoção do sucesso educativo, aos transportes públicos e à promoção turística.

Não obstante, existem várias áreas cuja responsabilidade de intervenção recai sobre organismos do Estado Central, e cujo desempenho afeta de forma direta as expectativas de desenvolvimento regional da Beira Baixa. Desta forma, foram identificados e consensualizados um conjunto de projetos fundamentais para a sub-região que deverão ser desenvolvidos pelo Estado Central.

Estes projetos, nomeados Projetos Âncora Nacionais, concentram-se em três áreas fundamentais, designadamente, **conservação e gestão da água, conetividade física e conetividade digital.**

A concretização destes projetos é fundamental para o desenvolvimento da Beira Baixa. No caso da água, a exposição desta sub-região a eventos climáticos extremos e a tendência identificada nas cenarizações climáticas, torna evidente a necessidade de reforço da capacidade de armazenamento e gestão dos recursos hídricos, privilegiando-se a salvaguarda do consumo humano e a eficiência dos sistemas de regadio.

Por outro lado, a disponibilidade estratégica de água é igualmente fundamental para suportar o desenvolvimento da área de especialização relacionada com a floresta e a agroindústria. A exposição e a vulnerabilidade da Beira Baixa a incêndios rurais e florestais e a fenómenos de seca, torna evidente a necessidade de uma disponibilidade hídrica, quer para o esforço de combate aos fogos, quer para atenuar os efeitos do calor excessivo e da reduzida humidade do ar, principalmente durante o Verão.

Por este motivo, está identificada a necessidade de construção das barragens do Alvito/Ocreza e do Barbaído, que visam assegurar a disponibilidade hídrica para consumo humano, e, eventualmente, para a produção de energia através do aproveitamento hidroelétrico, no caso do Alvito/Ocreza.

No caso da conetividade física, destaca-se a necessidade de assegurar a acessibilidade territorial numa sub-região bastante extensa em termos de área, onde se destacam várias zonas envolvidas por fenómenos geomorfológicos que condicionam o acesso e a afetam a distância temporal que as separa do principal centro urbano da Beira Baixa, situado em Castelo Branco. Encontram-se particularmente afetados por esta situação os concelhos de Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei. Portanto, é necessário garantir a segurança e funcionalidade das vias de comunicação viárias, já que se constituem como única forma de acesso a vários concelhos da Beira Baixa.

Neste âmbito, a construção de uma via de comunicação estruturante como o IC31 é fundamental para explorar o potencial de cooperação transfronteiriça e reforçar a rede de comunicação viária entre Portugal e Espanha.

Finalmente, os projetos identificados no caso da conetividade digital surgem enquadrados pela necessidade de garantir acessibilidade a serviços públicos de forma remota. Apesar do processo de modernização e digitalização que veio desburocratizar alguns processos administrativos, a fraca qualidade das redes de comunicação digital e a ausência de cobertura de rede móvel impede um acesso generalizado a essa forma de interação entre cidadãos, empresas e Estado.

Esta situação, para além de obrigar a deslocações físicas, impede também a fixação e consolidação de outros atores económicos que podem explorar as potencialidades de áreas de menor densidade populacional, de que são exemplo o turismo e as atividades conexas.

**Figura 18. Projetos âncora nacionais para a Beira Baixa 2030**



Fonte: CIMBB (2023)

Neste contexto, o conjunto de investimentos exigíveis ao Estado Central, para além de contribuírem para a promoção do desenvolvimento deste território, visa também satisfazer um conjunto de necessidades básicas e elementares que devem ser asseguradas ao nível nacional.



Página propositadamente deixada em branco

## 4\_Plano de Ação

### 4.1\_Eixo I – Dimensão funcional na provisão de Serviços de Interesse Geral

A provisão de serviços de interesse geral desempenha um papel fundamental na capacidade de os territórios reterem as populações e gerar novas dinâmicas de procura. Neste âmbito, o Eixo I do Plano de Ação BB2030 cobre um conjunto de domínios estratégicos para a Beira Baixa manter o nível de serviço que atualmente dispõe, contribuindo também para a adaptação do mesmo aos novos desafios sociais e económicos resultantes da transição energética, reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas e a otimização e mobilização de recursos estruturantes para a sustentabilidade do território.

Neste âmbito, o ganho de expressão da componente tecnológica e digital tem vindo a permitir, por um lado, desmaterializar o acesso e a interação com a administração, e até suprir algumas carências ao nível da provisão de serviço. Esta questão é estruturante em territórios extensos e de baixa densidade, em que a digitalização permite otimizar e desburocratizar processos administrativos, reduzindo a necessidade de deslocação. Ainda neste âmbito da capacitação e valorização das competências, os programas de apoio ao sucesso educativo, mantêm um papel fundamental na recuperação de aprendizagens, especialmente se considerada a instabilidade que afetou o sistema de ensino durante a pandemia da COVID-19. Também a existência de agregados familiares vulneráveis com menor capacidade de proporcionar às crianças as condições de estudo mais adequadas, obriga à adoção de estratégias de recuperação e promoção do sucesso educativo dedicadas.

Igualmente estratégico, é o reforço da capacidade da Proteção Civil para fazer face a um clima em mudança, que se prevê mais seco e mais quente, agravando as condições associadas à ocorrência de incêndios rurais, que têm já expressão histórica neste território. A isto liga-se a necessidade de maior eficiência na gestão dos recursos hídricos, pelo que a otimização do funcionamento dos sistemas municipais pode contribuir para a redução da pressão sobre os recursos hídricos e contribuir usos mais eficientes e circulares, aspeto particularmente relevante dado a projeção do aumento das situações de seca.

Finalmente, nota para a qualificação territorial, que pode exercer uma influência positiva no reforço e adequação de serviços estruturantes, de que são exemplo a educação (escolas), os cuidados de saúde, equipamentos desportivos e equipamentos sociais (creches), a usufruir pela população local e para garantir condições de atratividade para novos residentes.

Nota ainda para a complexidade associada à reduzida densidade populacional e a elevada extensão da Beira Baixa, o que faz com que várias localidades se encontrem temporalmente distantes dos principais aglomerados urbanos, onde se encontram melhores níveis de provisão de serviço. Esta situação é acautelada pelo desenvolvimento de sistemas de mobilidade a pedido que, por via de uma resposta otimizada às necessidades da população, permitirão assegurar a conectividade física de toda a sub-região.

De acordo com o Plano de Ação para a Transição Digital e com a Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023, a transição digital é uma das alterações estruturais mais importantes no atual contexto social e económico. Dados do INE relativos a 2022 indicam que todas as Câmaras Municipais da Beira Baixa disponibilizavam online formulários para download, processos de consulta pública e a possibilidade de subscrição de newsletters. Não obstante, face aos valores médios nacionais, ainda existem algumas insuficiências. Apenas 33,3% das Câmaras Municipais apresentam transmissões por videoconferência das reuniões e sessões camarárias e nenhuma possibilita pagamentos online. Para a promoção da simplificação administrativa é relevante qualificar e alargar a

disponibilidade de serviços online e integrar as redes os sistemas de informação da Administração Central, conduzindo a uma melhoria da sua relação com os cidadãos e com as empresas.

Por outro lado, ao nível energético, um dos objetivos prioritários do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e pelo Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) é a promoção da eficiência energética e uma redução significativa das emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Para isso, deverão ser apoiados projetos na área das infraestruturas públicas que permitam reduzir as emissões de GEE, incorporar energia de fontes renováveis no consumo final de energia e reduzir o consumo de energia primária. Dados do INE e da Associação Portuguesa de Energias Renováveis indicam que, em 2020, 59% da energia elétrica consumida no país era produzida através de energias renováveis. Relativamente ao consumo de energia primária na Administração Regional e Local, houve uma redução de 38,8% entre 2011 e 2021, ainda que inferior à redução total nacional (-40,5%). Consequentemente, a quota regional deste consumo aumentou de 26,2% para 26,9%, ao longo da década passada. O consumo de energia elétrica na Beira Baixa atingiu os 608,4 GWh, em 2021, manifestando um aumento do consumo de 12,4% face a 2011. Assim, o consumo de energia elétrica da Beira Baixa passou a representar 4,7% do consumo na região Centro. A indústria e o uso doméstico representavam a maior fatia da fatura energética, com 55,2% e 22,7% do consumo, respetivamente.

Torna-se assim imprescindível adotar políticas inovadoras e ambiciosas de promoção de um elevado desempenho energético e de baixo carbono, contribuindo para a redução das emissões de GEE. Para tal, o setor da administração pública terá de contribuir para a redução do consumo energético e incorporar as energias renováveis.

Sem prejuízo dos esforços no domínio da descarbonização, os efeitos das alterações climáticas são já evidentes e incluem fatores diversos, desde a alteração das temperaturas médias e dos níveis de precipitação, como a frequência e a magnitude de acontecimentos meteorológicos extremos. Estes eventos impactuam de forma direta e indireta as populações e as atividades económicas, sendo relevante fortalecer a proteção civil, com a atribuição de meios materiais para robustecer a sua atuação e capacidade de resposta. A maior frequência das ondas de calor, agravada pelos períodos cada vez mais frequentes e prolongados de seca, têm contribuído para o aumento do risco de incêndio rural. Entre 2001 e 2022, arderam cerca de 27.800 ha na Beira Baixa, 52,9% da superfície total. Atendendo à ocupação do solo, as manchas de pinheiro-bravo e eucalipto ocupam 43% do solo da região, o que contribui para a elevada vulnerabilidade ao risco de incêndio.

Os recursos hídricos são particularmente sensíveis em contexto de alterações climáticas, sendo que a sua gestão eficiente deve ser prioritária. Nesse sentido, as entidades gestoras e responsáveis pela prestação dos serviços e de garantia da sustentabilidade dos serviços a longo prazo deve ter a sua capacidade assegurada. Aos desafios trazidos pelas alterações climáticas, somam-se a necessidade de maior circularidade e da valorização ambiental e territorial dos serviços.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que em 2020 foram distribuídos cerca de 7 milhões de m<sup>3</sup> de água nos concelhos da Beira Baixa, ainda que só 68,7% destes tenham sido utilizados, revelando perdas na ordem dos 31,3%. Embora estes dados revelem um decréscimo face a 2011 (7,5 milhões de m<sup>3</sup> distribuídos com perdas acima dos 37%), é essencial apoiar projetos que visem construir e/ou melhorar as infraestruturas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, capacitando-as para a reutilização, resiliência, modernização e descarbonização dos sistemas e, ainda, a diminuição das perdas no ciclo da água. Estes investimentos alinham-se com o Plano de Ação da UE “Rumo à Poluição Zero no Ar, na Água e no Solo”.

Portugal tem como objetivo, a redução da quantidade de resíduos urbanos (RU) depositados em aterro, para um máximo de 10% até 2025. De acordo com dados do INE, em 2021, na Beira Baixa, a percentagem de RU depositados em aterros foi de 53,3% (em termos nacionais, 49,5%). Simultaneamente, apenas 16% dos RU são recolhidos seletivamente na região, abaixo da média nacional (22%). Ainda que do total de RU recicláveis produzidos, 59,5% são preparados para reutilização e reciclagem, bastante acima da média nacional de 38,0%.

No contexto de crescente competitividade, é essencial melhorar o perfil de qualificações da população e prepará-la para os desafios futuros decorrentes das transições digital e climática e do impacto da pandemia COVID-19. Ao nível do insucesso escolar, a taxa de retenção e desistência no ensino básico tem vindo a melhorar ao longo dos últimos anos, ainda que, no ano letivo de 2021/2022 tenha atingido os 4%, acima da média da região Centro (2,6%). A taxa de transição/ conclusão no ensino secundário espelha um cenário semelhante, uma evolução positiva, mas ainda abaixo da média regional (90,6% na Beira Baixa e 92,6% no Centro). É pertinente destacar a evolução da Beira Baixa ao longo da última década. Não obstante, é necessário dar continuidade a este esforço.

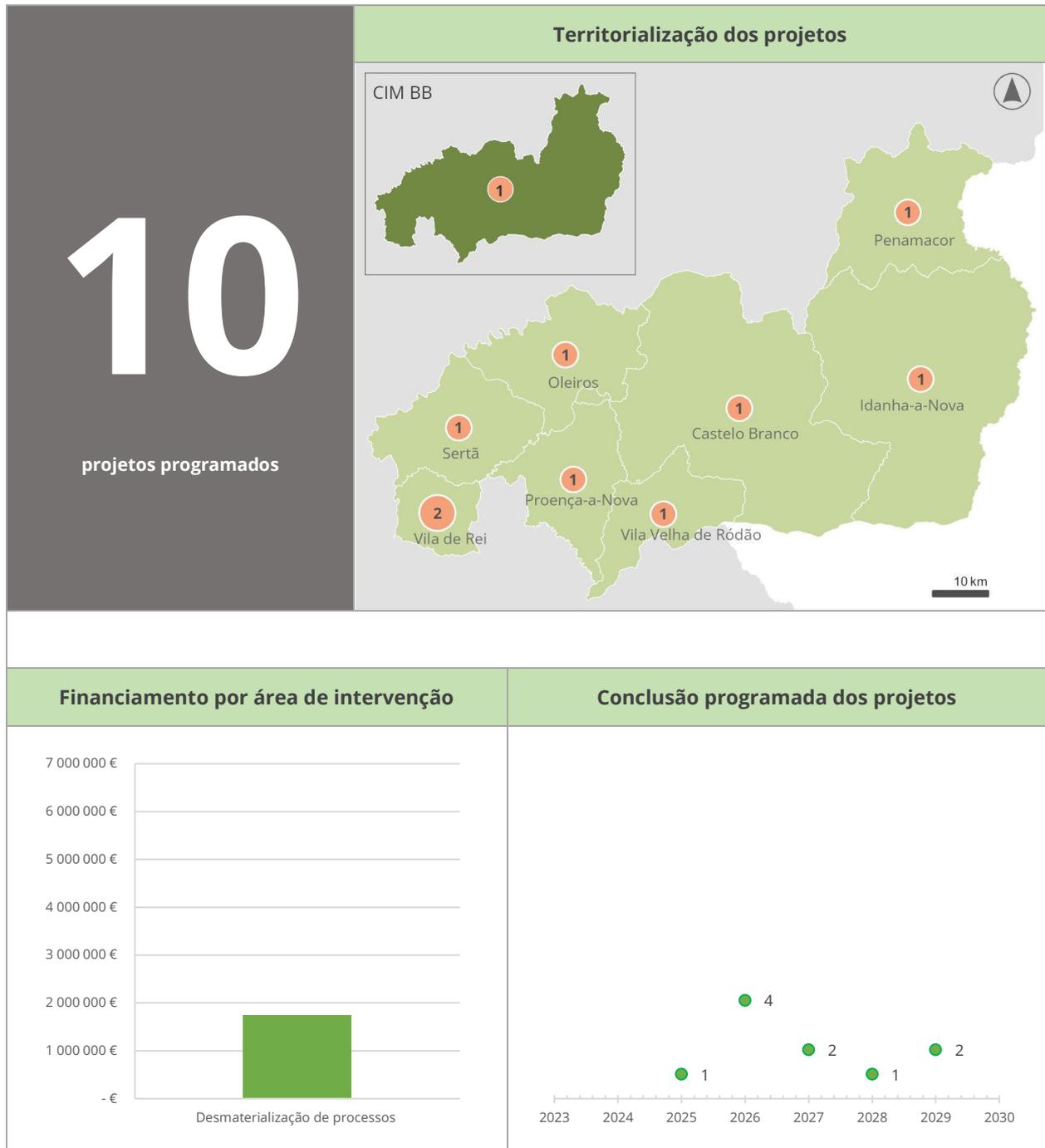
Importa por isso reforçar competências nos domínios de especialização regional. Com estes investimentos, procura-se adequar as aprendizagens às necessidades do mercado de trabalho, assim como às futuras tendências com que a região se depara, nomeadamente ao nível da dupla transição climática e digital, dos cursos de curta duração e da aprendizagem ao longo da vida.

Dadas as desigualdades da sub-região em matéria de coesão, demografia e socioeconómica é fundamental uma resposta diferenciada e integrada em vários domínios relevantes. Neste âmbito, serão apoiadas intervenções destinadas à reorganização e qualificação da oferta de serviços públicos e de interesse geral, visando dotar os equipamentos coletivos de respostas aos novos desafios futuros (ao nível da demografia e das alterações climáticas) e desenvolver e dinamizar os ativos da região. Importa ainda realçar as intervenções de reabilitação e valorização dos equipamentos escolares, dotando-os de uma maior atratividade e orientação para as necessidades atuais do mercado de trabalho.

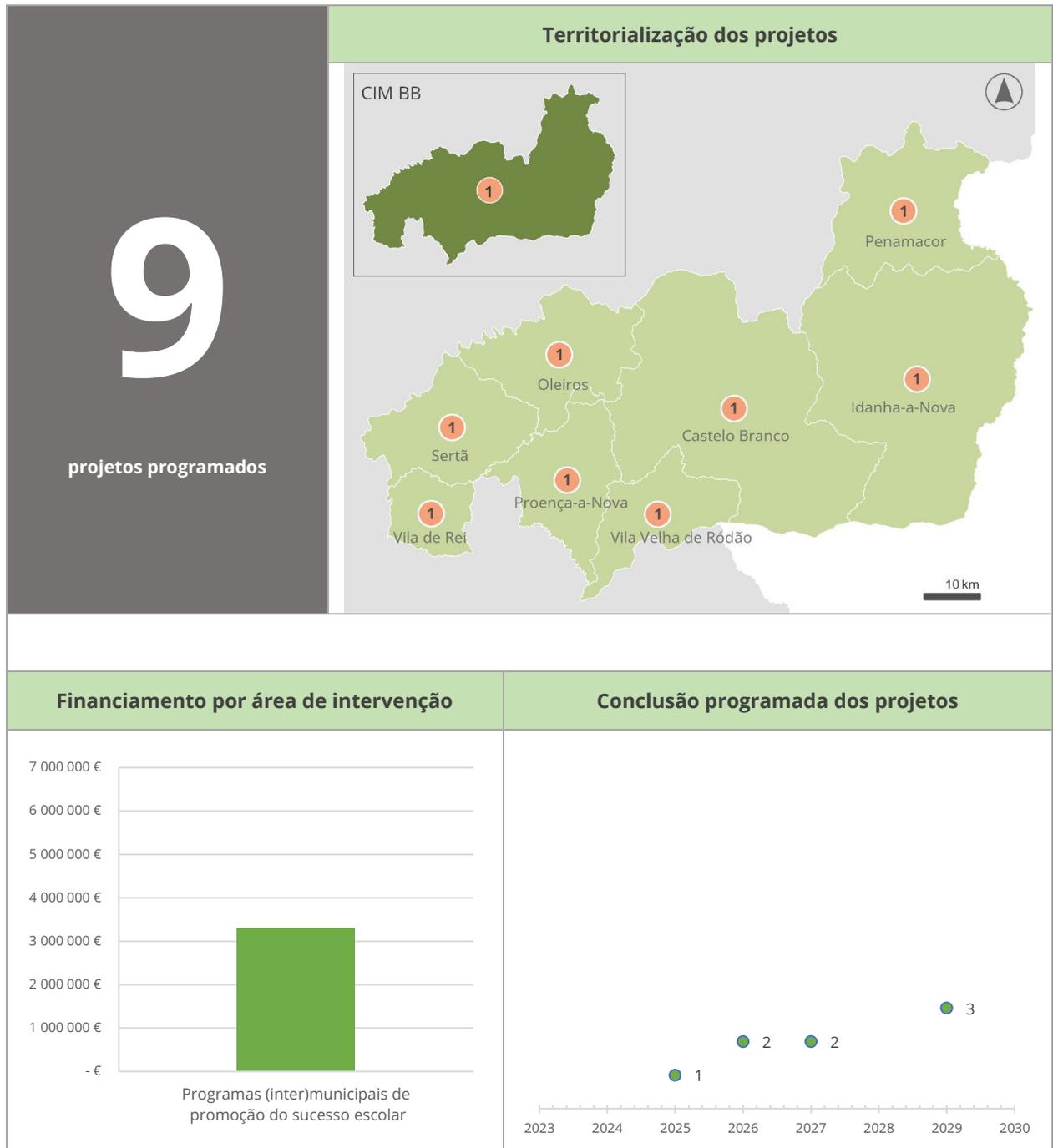
A provisão de serviços educativos é fundamental para assegurar a qualificação territorial ao mesmo tempo que se promovem as competências das próximas gerações. Neste âmbito, o investimento em equipamentos educativos é particularmente relevante para assegurar a qualificação do ensino e das infraestruturas do parque escolar dos municípios.

Por outro lado, dada a extensão territorial dessa sub-região e a sua baixa densidade populacional, é necessário assegurar um modelo de provisão de transporte público que compatibiliza a satisfação das necessidades da população com modelos económicos sustentáveis. Neste âmbito, a mobilidade a pedido é fundamental, já que, com um menor custo, permite assegurar o acesso da população aos serviços mais diferenciados, normalmente situados nas sedes de concelho, o que obriga a população à deslocação em transporte público, que é feito num modelo otimizado mediante requisição pelos cidadãos.

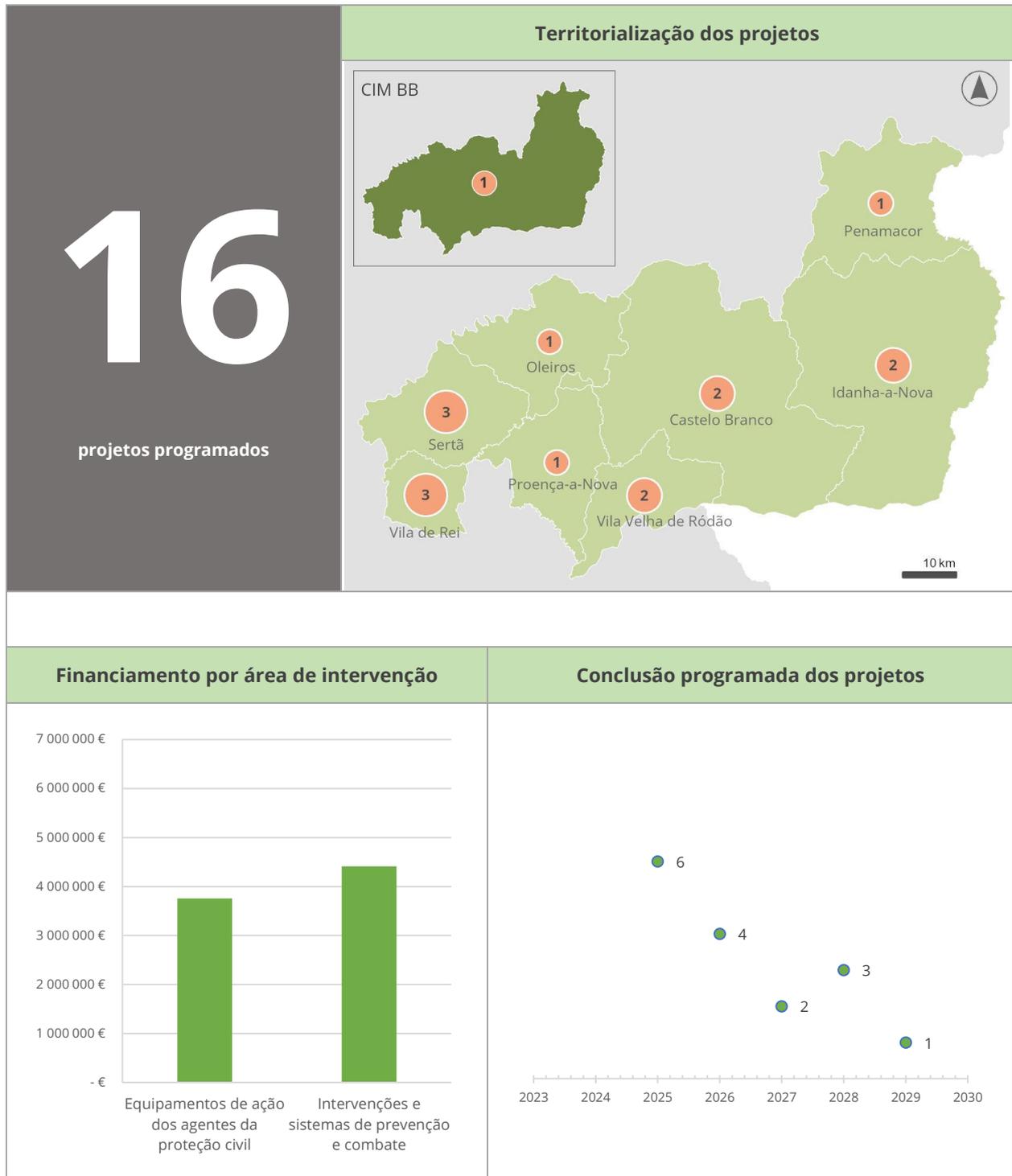
### 4.1.1\_Modernização administrativa



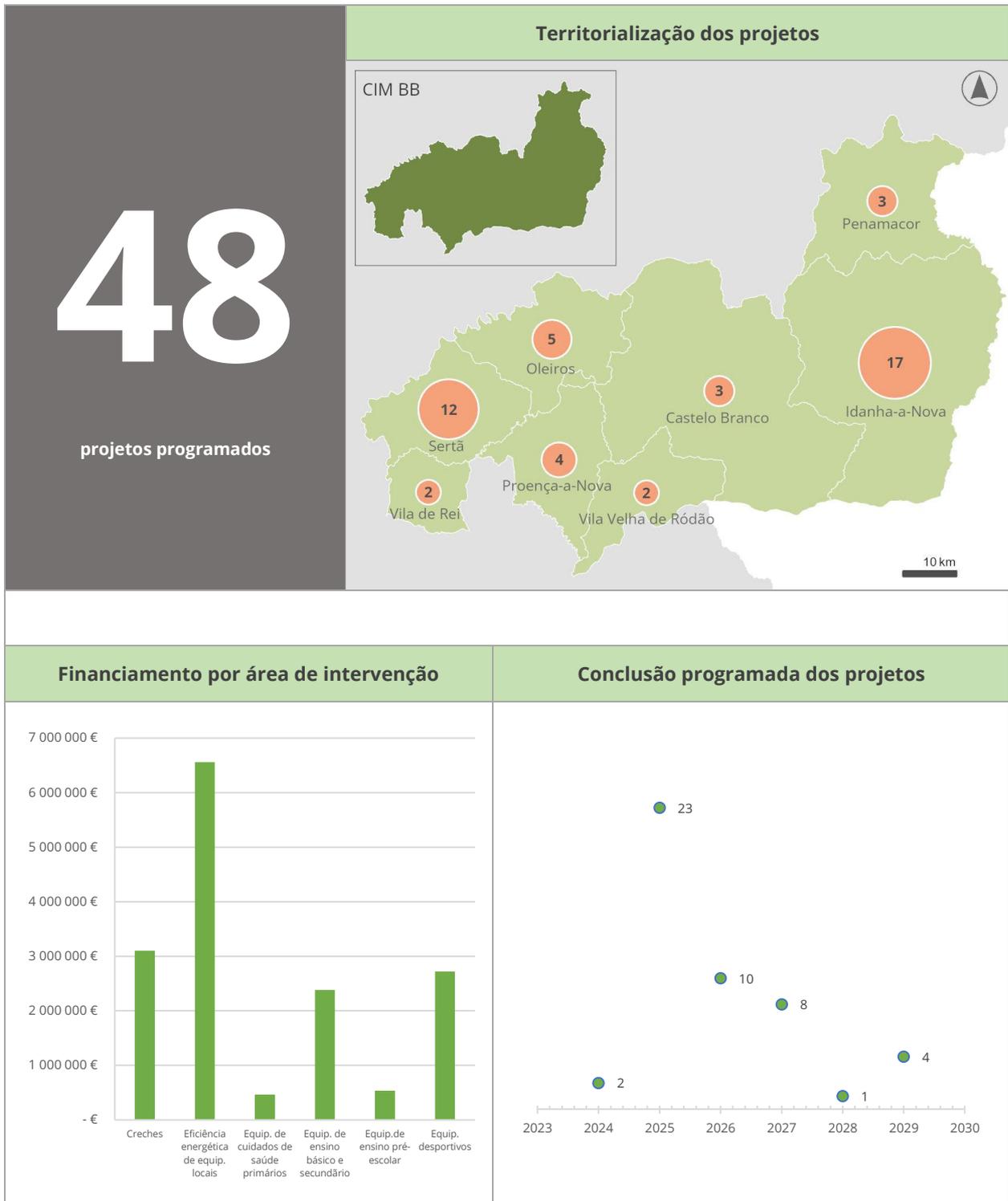
### 4.1.2\_Promoção do sucesso educativo



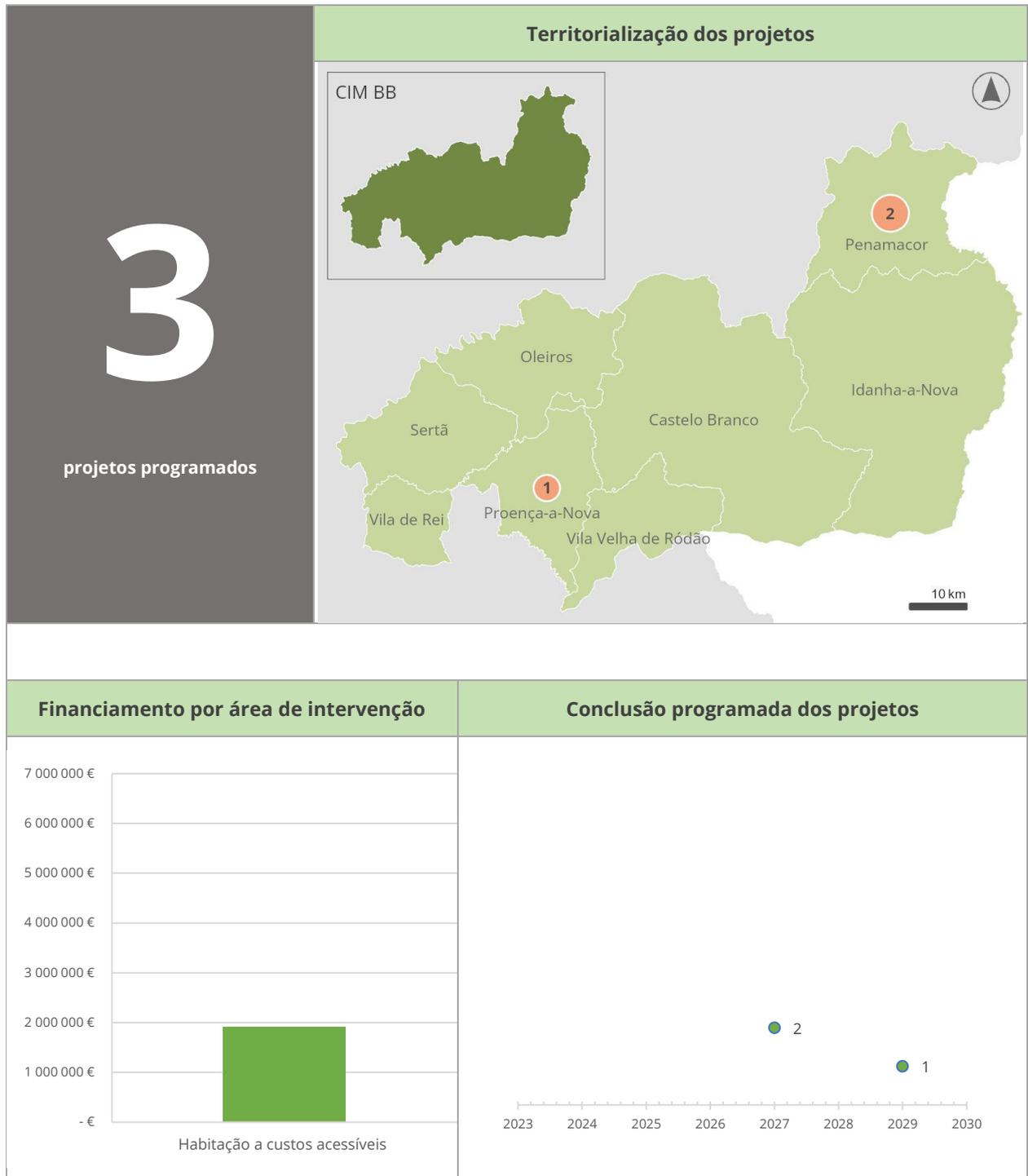
### 4.1.3\_Proteção civil e gestão integrada de riscos



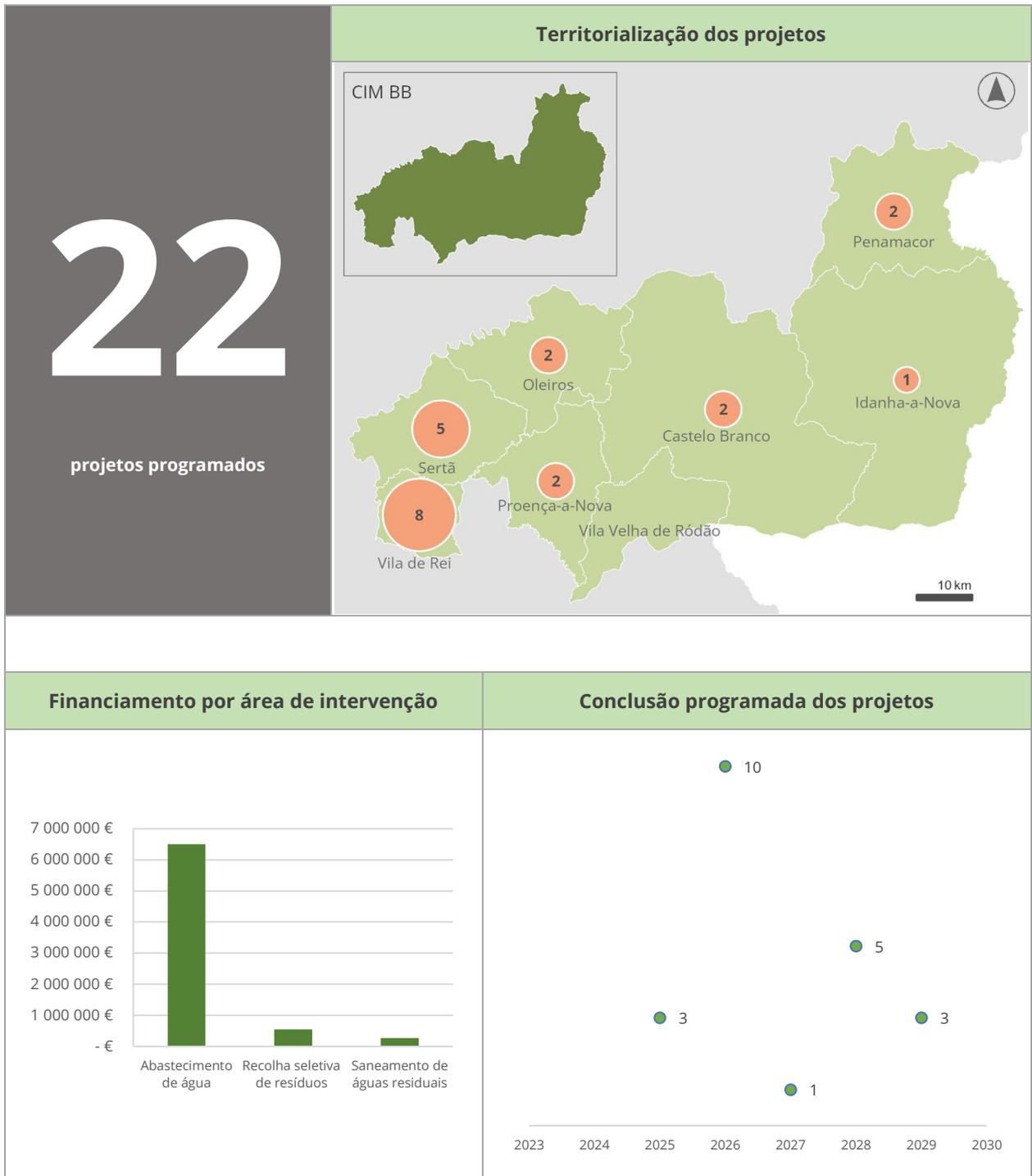
### 4.1.4\_Provisão de equipamentos de proximidade



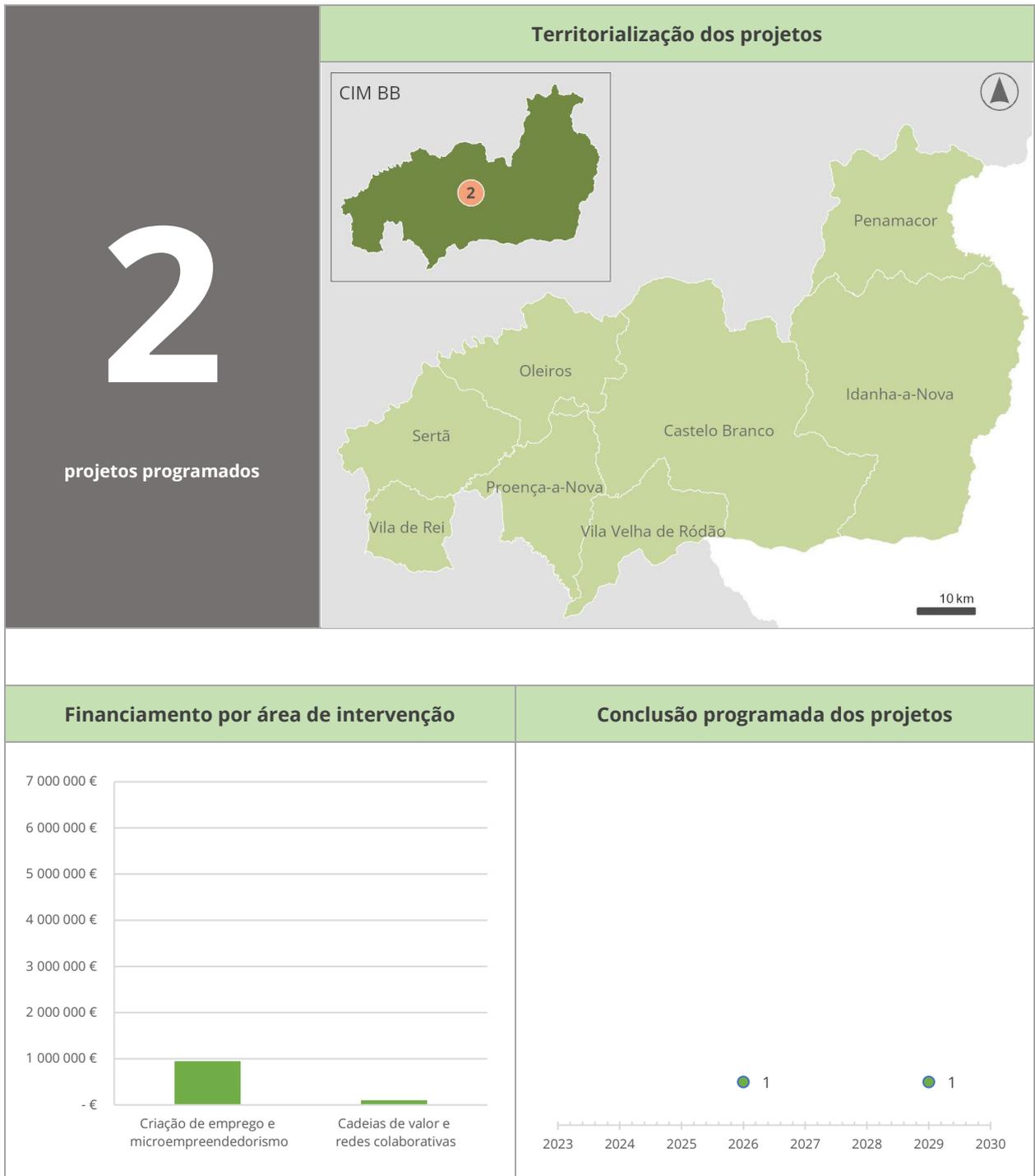
### 4.1.5\_Promoção de habitação



### 4.1.6\_Promoção de serviços ambientais



### 4.1.7\_Redes colaborativas e empreendedorismo



## 4.2\_Eixo II – Reforço do sistema urbano

O Eixo II limita a sua elegibilidade aos centros urbanos regionais ou centros urbanos estruturantes do Programa Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro), que, no caso da Beira Baixa, corresponde apenas à cidade de Castelo Branco, com a finalidade de reforçar o sistema urbano regional.

Conforme aponta o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), “promover um sistema urbano policêntrico propicia uma organização territorial mais equilibrada, estruturada por um conjunto de cidades que proporcionam uma diversidade de funções e relações interurbanas e rurais-urbanas e criam oportunidades de vida e de bem-estar às populações”. Neste contexto, o grande desafio nacional “orienta-se no sentido de valorizar e qualificar o conjunto do sistema urbano, em diferentes escalas, atores e formas, na sua diversidade e complexidade, como quadro de vida e como suporte incontornável de modos de vida contemporâneos da população e de uma economia moderna e competitiva.”

Após duas décadas de intensa expansão urbana, que afirmaram Castelo Branco como uma cidade estruturante no sistema urbano nacional e um polo de competitividade da Beira Interior, a cidade evidencia uma dupla articulação urbana: com Lisboa e com o Arco Urbano do Centro Interior (Fundão, Covilhã e Guarda). Por outro lado, nos últimos anos, o reforço da conectividade rodoviária tem incrementado as suas ligações a ocidente, nomeadamente com o Vale do Tejo e Coimbra (IC8), e a sul, com o Alto Alentejo, prevendo-se que no futuro, com a concretização do IC31, reforce as ligações transfronteiriças.

A cidade possui uma posição central no contexto da Beira Baixa, não só pelas dinâmicas económicas e demográficas incomparavelmente mais positivas que nos restantes núcleos urbanos, como pelo papel catalisador do desenvolvimento social e económico de todo o sistema urbano sub-regional, concentrando a oferta dos equipamentos e serviços públicos e privados de hierarquia superior. A rede de relações que estabelece com o seu *hinterland* faz com que tenha um papel chave para estratégia da CIMBB, nomeadamente na dinamização, consolidação e vertebração deste território.

Tendo como referência a estratégia sub-regional para 2030 e a centralidade da Cidade no modelo territorial e urbano, é indispensável afirmar Castelo Branco como um polo dinamizador da fileira agrícola e agroalimentar regional, reforçando as suas funções nos domínios da transformação, da I&D, dos serviços avançados de apoio à produção, da comercialização e promoção dos produtos regionais. Por outro lado, é essencial reforçar Castelo Branco como um polo turístico apoiado nos ativos culturais (artísticos, agroalimentares, sociais e naturais) da cidade e da região, reforçando a integração de recursos, a qualificação e ampliação dos serviços turísticos, a realização de eventos com notoriedade associados à identidade local e regional e a promoção externa.

Em complemento, é indispensável dar continuidade à qualificação e valorização do espaço urbano, dinamizando prioritariamente a reabilitação do edificado degradado na área central e histórica da cidade e nos grandes eixos viários estruturantes, estimulando a reabilitação do parque habitacional e promovendo a criação de espaços centrais pedonais, para uma cidade mais qualificada e coesa.

Finalmente, ao nível da mobilidade torna-se essencial reforçar a conectividade nos diversos bairros que compõe a cidade (Cansado, Valongo, Montalvão, Ribeiro das Perdizes, ...), melhorando a articulação dos diversos tecidos e as transições entre os diferentes polos funcionais, fortalecendo a integração no centro da cidade com vários sectores urbanos e com a restante rede urbana sub-regional.

As iniciativas de reforço do sistema urbano que o município de Castelo Branco pretende levar a cabo no âmbito deste instrumento propiciam uma abordagem que visa recuperar e mobilizar para o dinamismo da cidade vários espaços estratégicos necessários para a sua afirmação urbana. Neste âmbito, o foco estratégico incidirá na reabilitação e regeneração urbana, que por sua vez se inserem no domínio do apoio à competitividade.

O conjunto de ações que tem vindo a ser concretizado na área urbana e concelho de Castelo Branco resultaram num nível de infraestruturização que permite à cidade influenciar a dinamização económica e social da Beira Baixa, seja através da geração de fluxos turísticos, seja através da provisão de serviços de nível regional com algum potencial de polarização. Não obstante, subsistem algumas situações de degradação urbana em certas áreas que desqualificam os espaços em que se inserem. Desta forma, as intervenções previstas têm potencial duplamente positivo, na medida em que visam recuperar áreas e edifícios degradados e convertê-los em equipamentos diferenciados, enquadrados nas cadeias de valor do Plano de Ação BB2030, com destaque para o agroalimentar. Neste âmbito, áreas que atualmente, devido ao seu mau estado de conservação, promovem uma dinâmica de repulsão, são regeneradas em espaços qualificados e indutores de uma dinâmica positiva que pode oscilar entre a expressão de nível local ou municipal à regional.

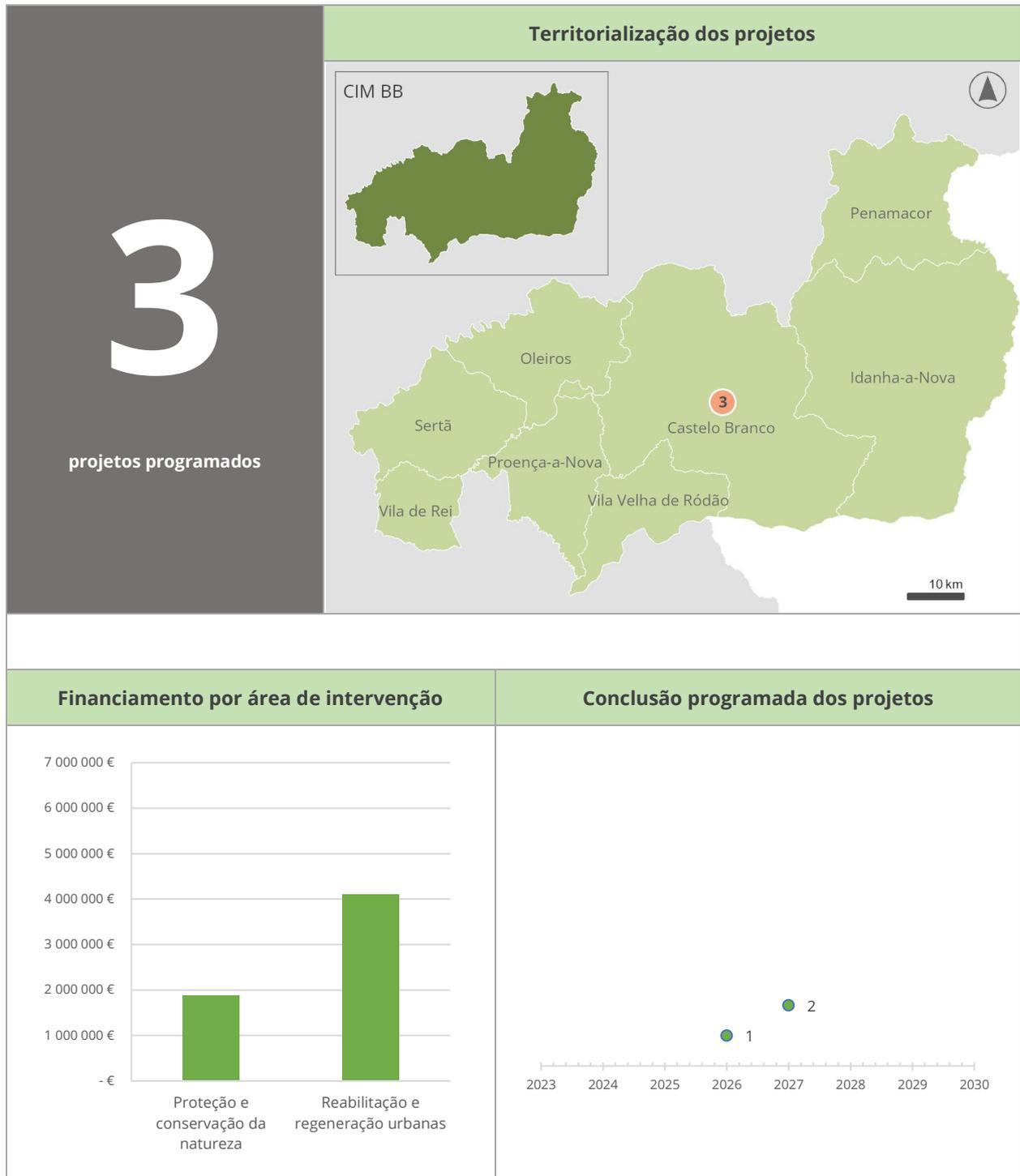
A otimização dos usos e funções de espaços nobres da cidade, tem um papel central na afirmação identitária e no reforço do dinamismo social e económico da cidade. Nesse âmbito tem destaque o centro cívico, que será dotado de melhores condições para a fruição por parte da população local e dos turistas.

O estabelecimento de melhores condições para a atividade económica está igualmente previsto, nomeadamente através de intervenções focadas na melhoria do potencial de acolhimento empresarial em áreas estratégicas da cidade, disponibilizando espaços qualificados para o desenvolvimento da atividade económica, com potencial para atrair e fixar novas empresas.

Estas intervenções apresentam elevado potencial sinérgico. Se, por um lado, a qualificação do espaço público possibilita uma melhor fruição do mesmo, influenciando positivamente na qualidade de vida da população local, é também fator fundamental para atrair empresas, que com ela podem trazer novos residentes, que por sua vez podem beneficiar de um contexto de proximidade mais qualificado, numa cidade cuja área de influência se estende por eixos urbanos com algum dinamismo, como é o caso do eixo Fundão-Covilhã-Guarda, assim como pelos territórios raianos.

Pretende-se assim gerar um círculo virtuoso que, de forma complementar e articulada com outras iniciativas de investimento, continue a projetar Castelo Branco como centro urbano de referência da Beira Baixa e da região Centro, procurando também gerar um efeito de *spill over* nos demais concelhos, com destaque para as áreas económicas suportadas nos recursos endógenos com maior potencial de afirmação.

### 4.2.1\_Regeneração urbana e ambiental de centros regionais



### 4.3\_Eixo III – Dinamização de ativos territoriais

O Eixo III do plano de ação é particularmente relevante, na medida em que observa objetivos de valorização territorial que incidem sobre recursos da especialização produtiva regional, como os ativos patrimoniais, culturais e naturais, estruturantes para a dinamização económica e social sub-regional.

A qualificação das áreas de acolhimento empresarial é particularmente relevante para assegurar a capacidade de atração destes territórios de empresas, permitindo-lhes competir com outras áreas do país. Ainda neste eixo, enquadram-se ações relacionadas com o acesso ao emprego, que visa contribuir para a captação e retenção da população mais jovem por via de incentivos ao empreendedorismo e requalificação profissional, o que pode vir a capitalizar as oportunidades promovidas nas áreas de localização empresarial e espaços de *coworking*.

A diversidade e qualidade dos recursos naturais é também estruturante para a região, sendo um dos seus aspetos distintivos, estando enquadrada num objetivo dedicado à salvaguarda e conservação da natureza. Este surge também em linha com a promoção do desenvolvimento social, económico e ambiental que visam dinamizar ativos territoriais relevantes e, dessa forma, estimular competitividade territorial e melhorar a qualidade de vida na Beira Baixa.

O atual tecido empresarial da Beira Baixa enfrenta desafios ao nível na inovação, qualificação e internacionalização. Neste sentido, é importante estimular o empreendedorismo e os ganhos de escala das empresas de menor dimensão, fomentando dinâmicas de cooperação, de concentração empresarial e de estratégias de eficiência coletiva. A taxa de sobrevivência das empresas que, de acordo com dados do INE, subiu de 51,8% para 57,7% entre 2013 e 2021 (em linha com a média nacional 57,2%) pode ser melhorada. Nas empresas dos ramos internacionalizáveis, essa melhoria é mais premente, já que a taxa de sobrevivência se encontrava nos 51,5%, em 2021 (quando a nível nacional estava nos 53,4%).

O crescimento sustentável e competitivo da sub-região deve passar pela valorização dos recursos endógenos através dos ecossistemas locais de empreendedorismo e inovação, aumentando a produção nacional e contribuindo para a competitividade das empresas. De modo a atingir estas externalidades e efeito de *spill over*, é essencial criar espaços de incubação e de acolhimento empresarial, com destaque para os territórios de baixa densidade.

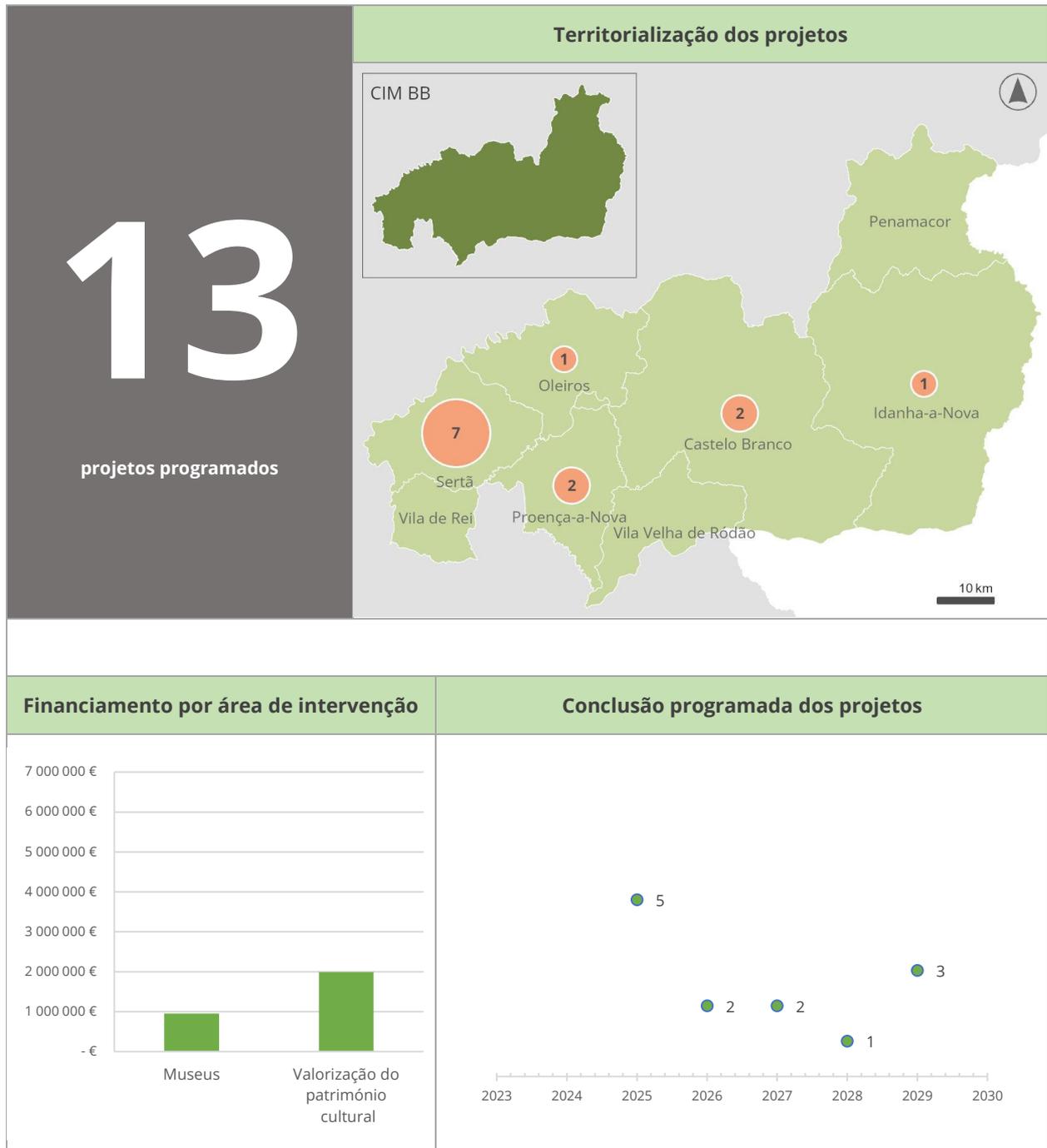
Os recursos naturais desempenham um papel fundamental na promoção e valorização territorial da Beira Baixa, sendo por isso fundamental apoiar projetos que tenham em conta novos modelos de produção e de ocupação do solo e que valorizem os ecossistemas, a biodiversidade e a conservação da natureza, assim como espaços naturais e de paisagem.

De acordo com o INE, cerca de 8% do território da Beira Baixa encontra-se ocupado por áreas protegidas, 5% classificada como Parque Natural (Tejo Internacional), 2,3% como Reserva Natural (Serra da Malcata), 0,5% como Paisagem Protegida de âmbito regional (Serra da Gardunha) e 0,1% como Monumento Natural (Portas de Ródão). Este património é determinante para a região, por um lado, pela sua função como produto turístico, por outro, pelo seu papel estratégico para a resiliência do território e das comunidades locais.

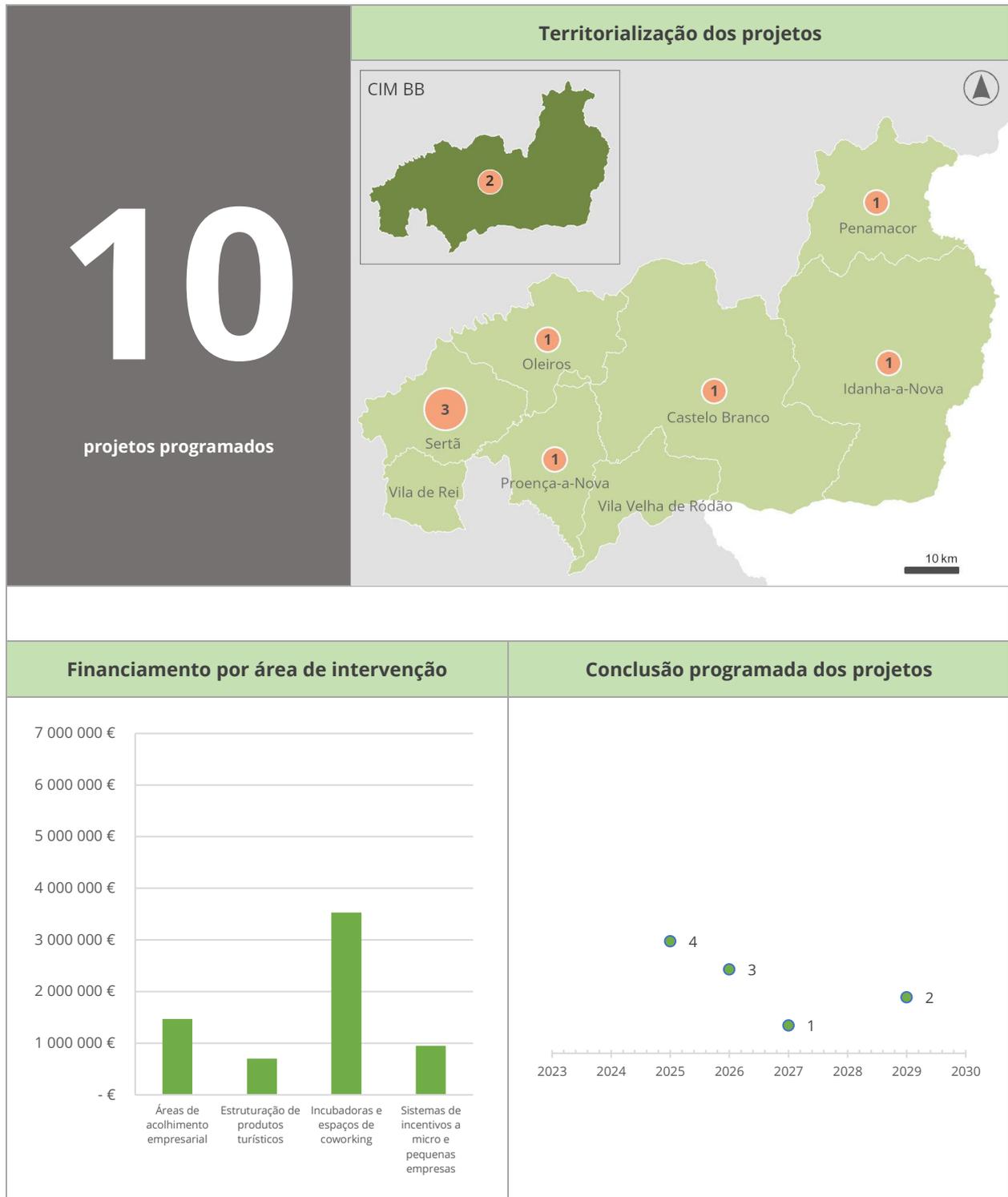
Em matéria de mercado de trabalho, dados do INE indicam que a taxa de desemprego na Beira Baixa (5,8%) tem sido inferior à média regional (6%), embora o desemprego jovem se situe acima da média (16% e 14,5%, respetivamente). A pandemia da COVID-19 influenciou negativamente alguns indicadores do emprego, embora os últimos anos tenham registado uma recuperação face a 2020.

A sub-região da Beira Baixa concentra vários elementos de elevado valor patrimonial. A sua requalificação e aproveitamento deverá contribuir, por um lado, para a valorização dos elementos identitários regionais, e por outro para o crescimento da oferta turística. Os projetos aqui enquadrados incidem em intervenções destinadas a desenvolver e dinamizar os ativos da região. Neste sentido, importa ainda realçar as intervenções de reabilitação e valorização do património e do espaço público, permitindo melhor estruturação dos produtos turísticos.

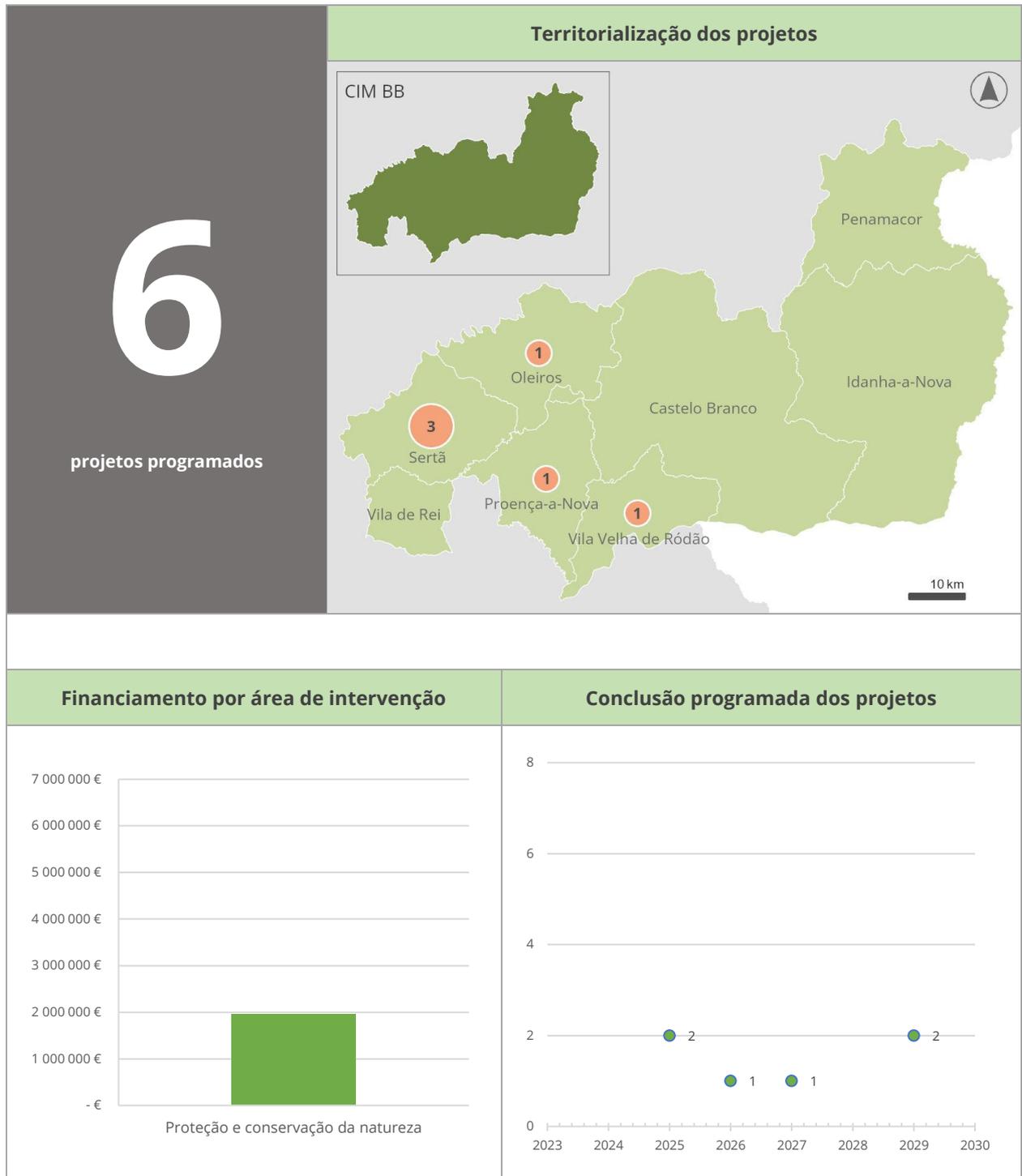
### 4.3.1\_Dinamização cultural



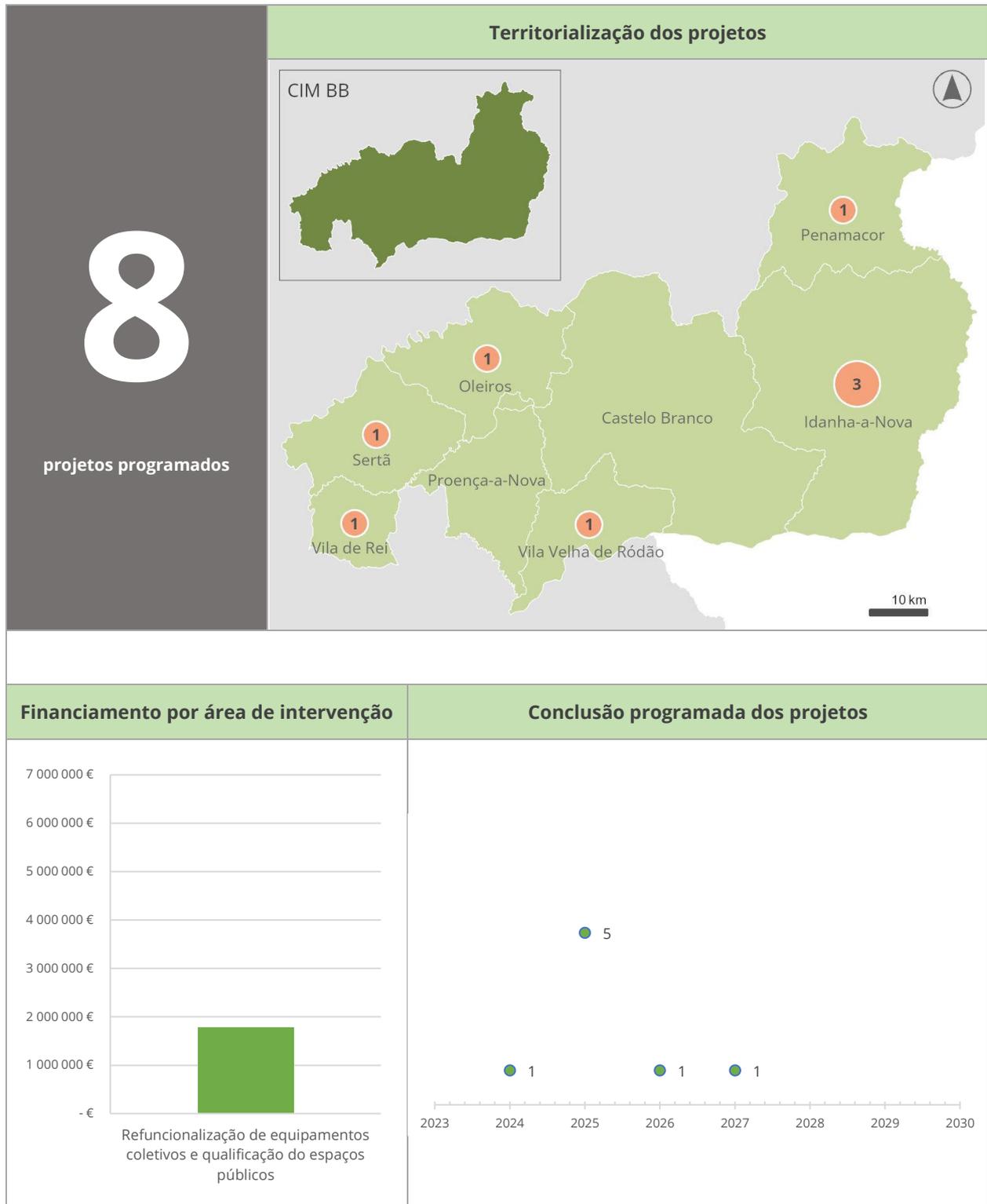
### 4.3.2\_Dinamização económica de base territorial



### 4.3.3\_Proteção e conservação da natureza



### 4.3.4\_Qualificação urbana de centros complementares





Página propositadamente deixada em branco

## 5\_Plano de financiamento e investimento

O Plano de Ação Beira Baixa 2030 contempla um investimento total de 90.603.944,04€, sendo 32.031.533,03€ suportados pelos municípios e em 58.572.411,01€ pelos FEEI.

O investimento total estimado concentra-se principalmente nos eixos I e III, com 59,3% e 38,3%, respetivamente, ao passo que o eixo II enquadrava 8,1% deste investimento. Já no que se refere às tipologias de operação destacam-se os investimentos em eficiência energética na Administração Pública Local (12,8%), seguindo-se a valorização do património cultural (8,4%) e os museus, com 7,4%.

**Quadro 5. Plano de financiamento e de investimento do Plano de Ação Beira Baixa 2030**

	<b>Eixo / Tipologia de Operação</b>	<b>Investimento total</b> (estimado, em €)	<b>Investimento total elegível</b> (estimado, em €)	<b>FEEI</b> (estimado, em €)
<b>Eixo I - Dimensão funcional na provisão de SIG</b>	Abastecimento de água	5.671.124,17 €	5.671.124,16 €	4.727.465,54 €
	Cadeias de valor e redes colaborativas	117.647,06 €	117.647,06 €	100.000,00 €
	Centros de Atividades Ocupacionais	988.746,22 €	988.746,22 €	840.434,29 €
	Creches	3.651.320,92 €	3.651.320,92 €	3.103.622,78 €
	Criação de emprego e microempreendedorismo	950.000,00 €	950.000,00 €	950.000,00 €
	Eficiência energética na Administração Pública Local	11.673.658,91 €	7.719.024,04 €	6.561.170,43 €
	Equipamentos de ação dos agentes da proteção civil	4.838.570,58 €	4.417.441,18 €	3.754.825,00 €
	Equipamentos de cuidados de saúde primários	550.000,00 €	550.000,00 €	467.500,00 €
	Equipamentos desportivos	3.774.411,76 €	3.774.411,76 €	3.208.250,00 €
	Habitação a custos acessíveis	2.233.405,79 €	2.118.561,74 €	1.800.777,48 €
	Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	2.695.523,53 €	2.695.523,53 €	2.291.195,00 €
	Infraestruturas do pré-escolar	630.000,00 €	630.000,00 €	535.500,00 €
	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	2.257.852,88 €	2.043.176,18 €	1.736.699,75 €
	Intervenções e sistemas de prevenção e combate	5.628.685,19 €	5.416.923,49 €	4.604.384,97€
	Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar	4.126.862,20 €	4.051.167,84 €	3.443.492,66 €
	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	749.844,12 €	749.844,12 €	637.367,50 €
	Saneamento de Águas Residuais	348.592,33 €	348.592,33 €	296.303,48 €
Sistemas de suporte à gestão	98.663,06 €	98.663,06 €	83.863,60 €	
<b>Eixo II - Reforço do Sistema Urbano</b>	Reabilitação e regeneração urbanas	4.823.140,47 €	4.823.140,09 €	4.099.669,40 €
	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade*	2.198.706,25 €	2.198.706,25 €	1.868.900,31€
<b>Eixo III - Dinamização de ativos territoriais</b>	Apoio à estruturação de produtos turísticos subregionais e locais (IT)	823.529,41 €	823.529,41 €	700.000,00 €
	Áreas de Acolhimento Empresarial - Criação, expansão e requalificação, incluindo infraestruturas, equipamentos e acessos	1.788.235,29 €	1.726.470,59 €	1.467.500,00 €
	Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SI)	950.000,00 €	950.000,00 €	950.000,00 €
	Incubadoras, viveiros de empresas locais, incubadoras sociais e espaços de "coworking" - Infraestruturas, equipamentos e acessos	5.684.141,17 €	4.155.882,35 €	3.532.500,00 €
	Museus	6.750.000,00 €	1.120.588,24 €	952.500,00 €
	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade*	3.235.922,06 €	2.311.639,41 €	1.964.893,50 €
	Reabilitação e regeneração urbanas	4.946.180,20 €	2.186.569,34 €	1.858.583,94 €
	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaços públicos	750.000,00 €	50.000,00 €	42.500,00 €
	Valorização do património cultural	7.646.180,38 €	2.344.131,04 €	1.992.511,38 €
	<b>Total Geral</b>	<b>90.580.944,04 €</b>	<b>68.573.424,71 €</b>	<b>58.572.411,01 €</b>

Fonte: CIMBB(2023)

Página propositadamente deixada em branco



Página propositadamente deixada em branco

## 6\_Modelo de governação

A operacionalização de um Instrumento Territorial Integrado (ITI) implica a implementação de um rigoroso sistema de monitorização, acompanhamento e avaliação que permita antecipar, problemas, mensurar resultados e prestar contas. Este sistema é fundamental para monitorizar de forma sistemática os projetos desenvolvidos, a capacidade de gestão e de realização, bem como para avaliar os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, garantindo o cumprimento da estratégia definida para a Beira Baixa.

Para assegurar um acompanhamento eficaz, o sistema foi projetado de forma a permitir a verificação periódica das realizações concretizadas, a análise dos progressos alcançados e a identificação de desvios. Isso possibilita que os órgãos técnicos e políticos da CIMBB e as oito autarquias tomem decisões informadas para corrigir trajetórias e implementar medidas corretivas quando necessário.

A implementação do sistema de monitorização inclui a definição de um modelo que acompanhe a evolução e os resultados do Plano de Ação, considerando o contexto inicial da sub-região e seu contributo para as metas do Portugal 2030. Serão estabelecidos procedimentos específicos para a recolha contínua de informação dos projetos integrados no Plano de Ação. Essa análise contínua é essencial para que todos os parceiros envolvidos possam acompanhar o progresso em direção aos objetivos contribuir para a melhoria o planeamento de futuras intervenções.

O sistema de governação está suportado nas seguintes estruturas:

- Condução política da implementação do Plano de Ação Beira Baixa 2030 e seleção das operações, realizada pelo Conselho Intermunicipal;
- Condução técnica e operacional da implementação do Plano de Ação Beira Baixa 2030 efetuada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal e pelo staff técnico de apoio;
- Acompanhamento da implementação do Plano de Ação Beira Baixa 2030 realizado a dois níveis. (i) acompanhamento político territorial pela Assembleia Intermunicipal; (ii) acompanhamento político intersectorial, realizado pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

Os projetos de âmbito intermunicipal serão liderados pela CIMBB e definidos e implementados por Grupos de Trabalho específicos, com a participação de representantes das oito autarquias e de outras entidades que venham a ser considerados relevantes ao nível estratégico e/ou operacional.

O sistema de governação integra os seguintes mecanismos de acompanhamento:

- Uma plataforma de recolha contínua de informação dos projetos integrados, permitindo o acesso a informações em tempo real sobre realizações e resultados, partilhada online num *dashboard* dedicado à execução do Plano de Ação;
- Mecanismos regulares de identificação de necessidades específicas de conhecimento obtida com recurso a estudos pontuais e regulares;
- Relatórios-Síntese trimestrais, elaborados pela estrutura técnica da CIMBB, a apresentar ao Conselho Intermunicipal para auxiliar na tomada de decisões oportunas;
- Relatório Anual de Monitorização do Plano de Ação, analisando a evolução da sub-região com base nos projetos implementados e seu contributo para os objetivos do Plano de Ação, elaborado pela estrutura técnica da CIMBB, partilhado na Assembleia Intermunicipal e no Conselho Estratégico, promovendo envolvimento dos atores sub-regionais;

- Avaliação intermédia da eficácia física e financeira do Plano de Ação, elaborada pela estrutura técnica da CIMBB no primeiro trimestre de 2026.

Página propositadamente deixada em branco



# Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Beira Baixa 2030



**BEIRA BAIXA**  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

**CENTRO**<sup>20</sup>/<sub>30</sub>

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



## **1.ª ADENDA AO CONTRATO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL**

### **CELEBRADO ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIONAL DO CENTRO 2021-2027**

**E A**

### **COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA**

Considerando que:

- A. Em 21 de março de 2024, a Autoridade de Gestão (AG) do Programa Regional Centro 2021-2027 (CENTRO2030) e a Comunidade Intermunicipal (CIM) da Beira Baixa celebraram o Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, que define os termos e condições em que a AG do CENTRO 2030, programa financiador, apoia o Plano de Ação acordado com a CIM e os compromissos desta entidade em termos de funções ou tarefas de gestão, montantes, compromissos assumidos em termos de investimentos e instrumentos e mecanismos de governação, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria;
- B. Para o financiamento do contrato, a AG do CENTRO 2030 assegura para o período de vigência do Programa uma dotação global de Fundo que totaliza 58.572.411,01 euros, repartido entre 54.178.918,36 euros de FEDER e 4.393.492,65 euros de FSE+, para comparticipar os projetos enquadrados nos objetivos específicos e tipologias previstas no texto do CENTRO 2030 e enquadradas no respetivo Plano de Ação, conforme Anexo 1 do respetivo contrato;
- C. A CIM da Beira Baixa compromete-se a contribuir para o cumprimento dos objetivos do CENTRO 2030, designadamente ao nível dos indicadores financeiros, de realização e de resultado, associados às Tipologias identificadas no Anexo 1 e aos Indicadores e Metas identificados no Anexo 2;
- D. No Anexo 3 do contrato estão definidos os contributos indicativos para metas físicas e financeiras do CENTRO 2030;
- E. O Anexo 2 prevê indicadores de resultado e de realização para a Tipologia de Operação (TO) *“Infraestruturas de cuidados de saúde primários”* da Tipologia de Intervenção (TI) *“Saúde - cuidados*

*saúde primários (IT)*” da Tipologia de Ação (TA) “*Intervenções urbanas*” do Objetivo Específico (OE) RSO5.1. Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas, porém, o Anexo 1 e o Anexo 3 não apresentam informação relativa à TI “*Saúde - cuidados saúde primários (IT)*”;

Torna-se, portanto, necessário proceder à alteração dos anexos 1 e 3 do contrato, em conformidade com o previsto no Anexo 2.

**Assim, é acordado alterar os anexos 1 e 3 do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial através da presente adenda, do qual passam a fazer parte integrante:**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

A presente 1.ª Adenda ao Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial altera o Anexo 1 “Objetivos Específicos, Tipologias de Ação e Dotações” e o Anexo 3 “Contributos indicativos para metas físicas e financeiras do Programa”, nos termos dos anexos da presente adenda.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Produção de efeitos**

1. A presente adenda produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, não prejudicando as prestações contratuais realizadas anteriormente.
2. A presente adenda é assinada mediante aposição de assinatura digital qualificada.

#### **Pelo Primeiro Outorgante**

##### **A Presidente da Comissão Diretiva**

Isabel  
Damasceno  
Vieira de  
Campos Costa

Assinado de forma digital por Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa  
Dados: 2024.05.29 10:59:21 +01'00'

#### **Pelo Segundo Outorgante**

##### **O Presidente do Conselho Intermunicipal**

JOÃO MANUEL  
VENTURA  
GRILO DE MELO  
LOBO

Assinado de forma digital por JOÃO MANUEL VENTURA GRILO DE MELO LOBO  
Dados: 2024.05.29 09:06:04 +01'00'

### Anexo 1: Objetivos Específicos, Tipologias de Ação e Dotações

Objetivo Específico (código e designação)		Tipologia de ação	Dotação M€	Fundo
RSO1.2	Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	1.736.699,75 €	FEDER
RSO1.3	Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	Investimento empresarial produtivo	950.000,00 €	FEDER
		Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	5.000.000,00 €	FEDER
RSO.1.4	Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	Redes e capacitação institucional RIS3	100.000,00 €	FEDER
RSO2.1	Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases de efeito de estufa	Eficiência energética na AP Regional e Local	6.561.170,43 €	FEDER
RSO2.4	Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	Proteção civil e gestão integrada de riscos	8.359.209,97 €	FEDER
RSO2.5	Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	CUA em baixa (sistemas municipais)	5.023.769,02 €	FEDER
RSO2.6	Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	721.231,10 €	FEDER
RSO2.7	Reforçar a proteção da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	3.833.793,81 €	FEDER
RSO5.1	Fomentar o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	Intervenções Urbanas / TI - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	2.826.695,00 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	3.944.057,07 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - 'Saúde - cuidados saúde primários (IT)	467.500,00 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Equipamentos desportivos (IT)	3.208.250,00 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Habitação a custos acessíveis (IT)	1.800.777,48 €	FEDER

Objetivo Específico (código e designação)		Tipologia de ação	Dotação M€	Fundo
		Intervenções Urbanas / TI - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	4.099.669,40 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)	1.901.083,95 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Património cultural e natural (IT)	2.945.011,38 €	FEDER
		Intervenções Urbanas / TI - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	700.000,00 €	FEDER
ESO4.a	Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	Apoios ao emprego	950.000,00 €	FSE+
ESO4.k	Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados	Igualdade de acesso a serviços de educação	3.443.492,65 €	FSE+
<b>TOTAL</b>			<b>58.572.411,01 €</b>	-

### Anexo 3 - Contributos indicativos para metas físicas e financeiras do Programa

Objetivo Específico (código e designação abreviada)		Tipologia de ação	Ano 2024 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2025 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2026 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2027 % Fundo acumulado operações aprovadas
RSO1.2	Digitalização na Administração Pública (Regional e Local)	Digitalização na Administração Pública (Regional e Local)	10%	50%	80%	100%
RSO1.3	Investimentos de base territorial	Investimento empresarial produtivo	0%	20%	70%	100%
	Infraestruturas de acolhimento empresarial de nova geração	Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	20%	60%	85%	100%
RSO1.4	Competências para a especialização inteligente e a transição	Redes e capacitação institucional RIS3	0%	20%	70%	100%
RSO2.1	Eficiência Energética	Eficiência energética na AP Regional e Local	10%	40%	70%	100%
RSO2.4	Adaptação às alterações climáticas	Proteção civil e gestão integrada de riscos	20%	55%	75%	100%
RSO2.5	CUA em baixa (sistemas municipais)	CUA em baixa (sistemas municipais)	10%	40%	85%	100%
RSO2.6	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	10%	40%	85%	100%
RSO2.7	Proteção da natureza e biodiversidade	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	25%	70%	85%	100%
RSO5.1	Desenvolvimento integrado nas zonas urbanas	Intervenções Urbanas / TI - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	15%	60%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	10%	60%	85%	100%

Objetivo Específico (código e designação abreviada)		Tipologia de ação	Ano 2024 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2025 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2026 % Fundo acumulado operações aprovadas	Ano 2027 % Fundo acumulado operações aprovadas
		Intervenções Urbanas / TI - 'Saúde - cuidados saúde primários (IT)	10%	60%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI – Equipamentos desportivos (IT)	10%	60%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI – Habitação a custos acessíveis (IT)	0%	20%	70%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	25%	70%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos (IT)	20%	55%	75%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Património cultural e natural (IT)	10%	60%	85%	100%
		Intervenções Urbanas / TI - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	15%	60%	85%	100%
ESO4.a	Apoio ao emprego e empreendedorismo	Apoio ao emprego	0%	20%	70%	100%
ESO4.k	Acesso a serviços de qualidade	Promoção do sucesso educativo	40%	60%	80%	100%